



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

GESILANE DOMINGOS DE SOUSA

VIOLÊNCIA AO DOCENTE NA ESCOLA: NARRATIVA DE PROFESSORA
AGREDIDA POR ALUNO

FORTALEZA - CEARÁ
2016

GESILANE DOMINGOS DE SOUSA

VIOLÊNCIA AO DOCENTE NA ESCOLA: NARRATIVA DE PROFESSORA
AGREDIDA POR ALUNO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Políticas Públicas e Sociedade. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Lia Machado Fiuza Fialho.

FORTALEZA-CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Sousa, Gesilane Domingos de.

Violência ao docente na escola: narrativa de professora agredida por aluno [recurso eletrônico] / Gesilane Domingos de Sousa. - 2016.

1 CD-ROM: 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 99 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof.ª Dra. Lia Machado Fiuza Fialho.

1. Violência . 2. Educação. 3. Juventude. 4. Cidadania. 5. Políticas Públicas. I. Título.

GESILANE DOMINGOS DE SOUSA

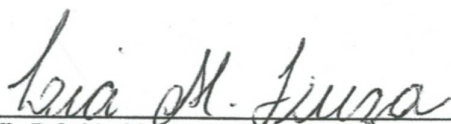
VIOLÊNCIA AO DOCENTE NA ESCOLA: NARRATIVA DE PROFESSORA
AGREDIDA POR ALUNO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

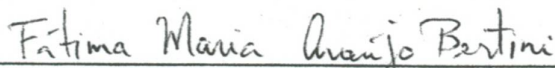
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 26/08/2016

BANCA EXAMINADORA



Profª. Drª. Lia Machado Fiuza Fialho
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Profª. Drª. Fátima Maria Araújo Bertini
Universidade Federal do Ceará - UFC



Prof. Dr. Dalton Oscar Walbruni Lima
Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC

Dedico este trabalho à minha mãe, que esteve presente e me apoiando em muitos momentos de minha vida e que tanto contribuiu para a minha formação pessoal, e à minha irmã Gerineide, que ao longo dos anos tem me incentivado em vários projetos de vida e com quem tenho sempre aprendido muito.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Único Deus, por ter me guiado e iluminado com suas bênçãos e graças, e que fez com que eu alcançasse mais um objetivo. Ele me proporcionou a vida, saúde, inteligência e esperança para seguir em frente.

À minha família, que sempre colaborou para o meu bem-estar, por me acolher e me fortalecer e, assim, contribuir para que eu conquistasse mais uma vitória.

À minha orientadora, Lia Machado Fiuza Fialho, que, com sua paciência e atenção, acreditou em mim e, com sua sabedoria e seu inestimável apoio, me guiou nos caminhos do saber.

Aos professores da Banca Examinadora de qualificação, Profa. Dra. Fátima Maria Araújo Bertini e Prof. Dr. Dalton Oscar Walbruni Lima, pelo relevante aporte acadêmico.

À estimada turma 12 do MPPPP, pela convivência, pelo carinho e pela união, que me inspiraram durante as aulas, fazendo com que a jornada fosse mais amena.

Aos professores do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, que ajudaram a ampliar minha capacidade crítica e dividiram seus valiosos conhecimentos.

À professora Ana, que concedeu a entrevista, pela valiosa contribuição e confiança em mim depositada, viabilizando este trabalho e conquistando meu respeito e carinho, pouco a pouco, a cada palavra a mim narrada. És uma guerreira!

A todos os professores que, no anonimato ou não, sofrem com a violência na escola.

Às queridas professoras do curso Produção de Textos Acadêmicos (UECE), Profa. Dra. Suelene Silva Oliveira Nascimento e Profa. Doutoranda Sâmia Araújo dos Santos, pelos agradáveis momentos de estudo e de boas aprendizagens.

Aos queridos amigos que, de alguma maneira, contribuíram para a execução e a conclusão deste trabalho.

A todos a minha sincera gratidão.

CARTA DE DESABAFO DE UMA PROFESSORA AGREDIDA

Quantas vezes nos indignamos quando sabemos de casos de agressões a colegas, profissionais como nós.

Mas não nos indignamos o suficiente por acharmos que ainda está muito distante...

De repente, chega a nós.

O corpo dói. Mas a dor vai passando com gelo, analgésico, remédios...

O coração, este fica tão apertado que parece que sobra espaço em torno dele de tão pequeno. Este espaço é preenchido com dor. Que não tem remédio.

A alma fica endurecida. Parece que sai do nosso corpo...

A pele dói. O sangue circula doendo. Os membros movem-se doendo.

Perdemos o chão. Não temos onde nos agarrar.

Só o carinho dos amigos (conhecidos ou não) é que nos conforta.

Sofremos nós, nossos parentes, nossos amigos, nossos companheiros.

Sofre uma sociedade inteira que vive temerosa porque não temos quem nos proteja.

O agressor sai de cabeça erguida, olhando para trás e rindo.

Não só do agredido, mas de cada um de nós.

Ri daquele que foi empurrado, xingado, ameaçado, chutado, socado.

Ri daquele que o tirou e tentou mostrá-lo o erro.

Ri do erro...

Ri de quem não deveria mais permitir o erro.

Ri da sociedade que fica refém enquanto ele continuará empurrando, xingando, ameaçando, chutando, socando...

Ri do sangue que escorreu, do rosto que machucou, da alma que feriu.

Apenas sai, impune, e olha para trás, e ri.

Para mais adiante deixar refém, mais muitos.

Quem somos nós, educadores?

Pois eu sei quem somos nós:

Somos aqueles de quem se rir, por que se sai impune, olhando para trás e rindo.

Será que serei só mais uma?

Ou a última?

Leila Soares de Oliveira (Diretora agredida por um aluno na Escola Municipal João Kopke, no Rio de Janeiro, em 21 de março de 2013)

RESUMO

O trabalho versa acerca da violência no âmbito escolar. Esse tema é relevante, porque a violência na escola se faz constante nos dias atuais, está crescendo e passando a ser um assunto intrínseco à escolarização, principalmente nos grandes centros urbanos do Brasil. O estudo enfoca a violência física de alunos contra professores, a cada dia mais latente no contexto educacional, por isso motivo de atenção, e desvela a problemática: como a violência no contexto escolar interfere na prática educativa dos professores agredidos? O objetivo foi compreender as reverberações da violência física praticada pelo aluno contra o educador. Estudo qualitativo, realizado à luz da fenomenologia de Merleau-Ponty (1999), possui aspectos subjetivos e utiliza o estudo de caso único em sua metodologia. A coleta de dados foi feita por intermédio de entrevista semiestruturada – gravada, transcrita na íntegra, textualizada e validada. A participante da pesquisa foi uma professora que sofreu agressão física de um aluno e se mostrou aberta para participar. Essa pesquisa tornou possível reconhecer a presença da violência social no meio escolar, principalmente entre aluno e professor, e refletir acerca das consequências da agressão física na vida pessoal e profissional de um educador. Os resultados da pesquisa demonstraram que a agressão física costuma ser silenciada pelas vítimas e pelas gestões das escolas, já que houve dificuldade de encontrar pessoas agredidas que se dispusessem a falar sobre o ocorrido e constataram-se diretoras que omitiam os casos de agressão ocorridos nas instituições educativas. Demonstrou-se, também, que a agressão física traz consigo a violência psicológica e simbólica, ao gerar prejuízos emocionais ao agredido. Observou-se que a violência não ocupa espaço significativo nos debates abertos realizados pela escola, ela aparece apenas como indisciplina e, de maneira pontual, é tratada após o caso extremo de agressão. Há uma tendência à culpabilidade da vítima e à impunidade do agressor. A pesquisa, ao problematizar sobre a violência física na escola, fomenta a reflexão acerca da necessidade de incluir essa temática para discussão no coletivo da escola, bem como a importância de desenvolver práticas de boa convivência e de uma cultura de paz.

Palavras-chave: Violência na escola. Educação. Juventude. Cidadania e Políticas Públicas.

RÉSUMÉ

Le travail traite de la violence dans les écoles. Ce thème est pertinent parce que la violence à l'école est devenue constante aujourd'hui, il se développe et devient un sujet intrinsèque à l'école, en particulier dans les grands centres urbains du Brésil. L'étude se concentre sur la violence physique entre les élèves et les enseignants, chaque jour plus latente dans le contexte éducatif, alors pourquoi attention. Et révèle le problème: la violence au contexte scolaire interfère avec la pratique pédagogique des enseignants agressés? L'objectif était de comprendre les répercussions de la violence physique par des étudiants contre la vie personnelle et professionnelle de l'éducateur. Cette recherche a permis de reconnaître la présence de la violence sociale dans les écoles, en particulier entre l'élève et l'enseignant et de réfléchir sur les conséquences de l'agression physique sur la vie personnelle et professionnelle d'un enseignant. Etude qualitative, réalisée à la lumière de la phénoménologie de Merleau-Ponty (1999), a des aspects subjectifs, et utilise l'étude de cas unique dans sa méthodologie. La collecte des données est par entretiens semi-structurés - enregistrés, transcrites, textualisées et validées. La participante à la recherche était une enseignante qui a souffert d'abus physique d'un élève et se positionna ouverte à participer. Les résultats de l'enquête ont montré que l'agression physique est souvent réduite au silence par les victimes et les directions des écoles, car il était difficile de trouver des personnes agressées qui étaient prêtes à parler de ce qui est arrivé et les directeurs qui omettaient les cas d'agression qui ont eu lieu dans les établissements d'enseignement. Il a également montré que l'agression physique apporte la violence psychologique et symbolique, pour générer des dommages émotionnels pour abus. Il a été observé que la violence ne prend pas de place importante dans les débats ouverts détenus par l'école, il apparaît comme l'indiscipline et en temps opportun, est traité après le cas extrême d'agression. Il y a une tendance à la culpabilité de la victime et l'impunité des auteurs de violences. La recherche, pour discuter de la violence physique à l'école, favorise la sensibilisation de la nécessité d'inclure cette question pour la discussion dans l'équipe de l'école, et la nécessité de développer des pratiques de coexistence et d'une culture de la paix.

Mots-clés: La violence à l'école. L'éducation. Jeunesse. La citoyenneté et la politique publique.

LISTA DE SIGLAS

APEOC	Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais Ceará
APEOESP	Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
CRP-RJ	Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
Pibid	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
Pnave	Programa Nacional de Prevenção à Violência contra Educadores
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SEDUC	Secretaria de Educação
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR E AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE PROFESSOR E ALUNO	22
2.1	VIOLÊNCIAS: ALGUNS CONCEITOS	22
2.2	A EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA DO SOCIÓLOGO DURKHEIM	33
2.3	A EDUCAÇÃO E O CONTEXTO SOCIAL	35
2.4	A JUVENTUDE E O PODER NAS RELAÇÕES SOCIAIS.....	39
2.5	AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE PROFESSOR E ALUNOS EM FOUCAULT.....	47
3	TRILHANDO OS SINUOSOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO: ASPECTOS METODOLÓGICOS E A CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E DE SEUS ATORES.....	53
4	COM A PALAVRA, A PERSONAGEM DESTA PORANDUBA	64
4.1	A NARRATIVA DA PROFESSORA	64
4.2	POLÍTICAS PÚBLICAS E A VIOLÊNCIA NA ESCOLA.....	71
4.3	A CULTURA DE PAZ NA ESCOLA	78
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICES.....	97
	APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	97
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ..	99

1 INTRODUÇÃO

É no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade.
(Immanuel Kant)

O interesse pessoal pela temática – violência na escola – emergiu devido a, rotineiramente, em rodas de estudo ou nos intervalos das aulas, ouvir as constantes reclamações de colegas sobre como os alunos estavam se comportando de maneira cada vez mais agressiva, sem respeito ao professor. Os relatos, no contexto das reuniões informais com outros amigos professores, também enfatizavam que, por mais que se buscasse diversificar as práticas de ensino e melhorar a didática com novas estratégias, havia uma resistência de boa parte dos alunos no que se refere ao interesse pelos estudos, fazendo com que os professores cobrassem mais deles, o que resultava na permanência de um conflito entre professores e alunos. Eram também crescentes as atitudes desafiadoras dos alunos em resposta ao papel de regente atribuído ao professor, sinalizando um comportamento rebelde e, em muitos casos, gerando agressividade.

Vem se observando que, a cada dia, a violência social está crescente no país, e essa violência se abrigou também na escola, espaço sociocultural imerso nessa realidade macro, causando discórdias entre os próprios alunos e entre alunos e professores. A violência desenvolve sequelas psicológicas nas vítimas e naqueles que assistem continuamente a atos de violência e de indisciplina, prejudicando o papel social dessas instituições (ABRAMOVAY, 2006).

Percebi que a violência era comum na minha prática docente e isso me incomodava muito, mais que as próprias questões salariais ou o que concerne ao reconhecimento e à valorização do magistério. A violência me fazia constantemente questionar acerca do aumento das práticas agressivas na escola, em especial aquelas expressas de maneira mais latente, desenvolvidas por alunos contra professores. Ante essas inquietações, fui motivada a desenvolver um estudo empírico que culminou na escrita desta dissertação. O trabalho buscou uma compreensão sobre a violência social, mais especificamente a que se assola nas escolas e que se mostra através da agressão física de alunos contra professores.

Objetiva-se compreender as reverberações da violência física praticada por alunos contra o educador. Sendo esse objetivo o principal fator de inter

deste trabalho, realizou-se uma pesquisa de campo qualitativa, do tipo estudo de caso, que visa responder à seguinte problemática: Como a violência no contexto escolar interfere na prática educativa dos professores agredidos?

Na minha trajetória como aluna, estudei todo o Ensino Fundamental em escola pública no bairro em que cresci e no qual formei vínculos afetivos e concluí o Ensino Médio numa escola particular localizada no centro de Fortaleza. Naquela época, o modelo de educação familiar era baseado no patriarcalismo, na obediência aos pais, em especial à figura masculina, e no respeito aos mais velhos. Observavam-se rígidos valores morais de subserviência, nos quais se priorizava a ética e a ordem, e palavras como cidadania ou protagonismo juvenil eram invisibilidades.

Nas escolas, esse padrão de educação se reproduzia, no qual o aluno só aprendia por meio do rigor à disciplina, com a mera memorização de conteúdos, num ambiente autoritário e repressor. Pouco se sabia ou discutia sobre direitos, participação juvenil, autonomia ou criticidade, por isso, era difícil se reivindicar um modelo diferente. Quando adolescente, me interessei em ler sobre os assuntos educacionais. Desejava, através da profissão de professora, contribuir para uma boa formação social e, por intermédio do trabalho docente, desenvolver nos alunos uma postura de cidadãos cientes de seus direitos e conscientes de sua capacidade de pensar, de expressar-se e de ser atuantes no contexto político e social.

Assim que concluí a faculdade, fiz concurso para professora do ensino médio em Pernambuco, passei e, contra os argumentos da família de me distanciar, fui morar sozinha aos 25 anos de idade. Foram quatro anos de muita aprendizagem. Voltei para o Ceará em 1998, quando passei em outro concurso semelhante e assumi o cargo de professora de Língua Portuguesa. Por um período, lecionei também em escolas particulares, para complementar o orçamento, mas, devido à jornada demasiadamente exaustiva, optei por continuar apenas na esfera pública.

No decorrer dos anos, em sala de aula, infelizmente, deparei com brigas entre os alunos, xingamentos, humilhações, *Bullying* (violência psicológica com a repetição de apelidos ou atos abusivos que provoquem a humilhação de outros), dentre outras formas de violência que pareciam se naturalizar no contexto escolar.

Lembro-me de um fato bem grave ocorrido na sala onde eu lecionava, com uma aluna grávida que foi parar no hospital devido às brincadeiras de mau gosto dos colegas por conta de sua gravidez precoce e de o pai ser desconhecido.

Também recorro que na escola ocorriam pichações agressivas, destruição do patrimônio público, pequenos furtos e até agressões físicas mais violentas. Como exemplo, cito um fato bem marcante de um aluno que agarrou o outro pelo pescoço e o colocou encostado na parede, enforcando-o, e este ficou com os pés suspensos e sem ar, quase desmaiando, enquanto outros colegas tentavam soltá-lo e não conseguiam. Só se resolveu este caso com a chegada do diretor, que salvou o garoto agredido já desfalecendo. O motivo da briga? O rapaz, por brincadeira, havia escondido a sandália do colega.

As agressões eram, em sua maioria, contra os próprios colegas, mas não tardaram a chegar aos professores, e, pouco a pouco, a violência foi ganhando espaço no ambiente escolar, envolvendo todos os sujeitos que constituem a escola. Era uma roda-viva de agressões, humilhações, reclamações e mágoas, prejudicando as práticas pedagógicas, como também a autoestima dos alunos e dos professores. Presenciei casos de professores que não ficavam de costas para a turma, com receio de terem objetos arremessados em suas cabeças. Outros tantos não podiam sair da sala e deixar na mesa objetos pessoais, por conta dos furtos sistemáticos. Alguns evitavam chamar a atenção de determinados alunos, mesmo que estivessem atrapalhando a aula, com medo de represália, com a depredação de seu automóvel, ou de se sujeitar aos atos agressivos. Os alunos chegaram ao ponto de colocar um remédio para dormir na garrafinha d'água de uma professora, e esta passou mal e foi levada para a emergência (tudo presenciado na escola em que trabalhei).

Ainda lembro vivamente de uma vez em que dois alunos permaneceram fora da sala durante as minhas duas aulas seguidas e só entraram quando eu já estava saindo e, mesmo assim, pediram as presenças. Eu respondi que não as daria, pois eles não tinham assistido às aulas. Fora do colégio, após o fim do expediente, eles estavam me esperando numa esquina, me perguntaram de novo se eu não iria tirar as suas faltas e eu respondi que não iria tirar, e um deles, aparentemente o mais violento, afirmou que qualquer dia me pegaria e me daria uma lição. Eu fiquei muito nervosa com isso, caminhei mais rápido, logo atrás vinha outro aluno que ouviu toda a conversa e se ofereceu para me deixar em casa. No dia seguinte, eu informei a ameaça à diretora, mas ela me falou que não podia tomar nenhuma providência, pois já conhecia os dois e sabia que eram mesmo violentos, até me aconselhou a não fazer o boletim de ocorrência na delegacia (BO), pois eles

poderiam se vingar. Eles se tornaram, então, “os donos da sala”, entravam e saíam quando queriam, formaram um grupo barulhento no fundo da sala e atrapalharam o ano inteiro. Todos os outros alunos viviam com medo, e eu me calei, também com medo. No ano seguinte, eu consegui transferência para uma escola mais próxima da minha residência, e um dia escutei a notícia de que o meu ex-aluno, aquele que havia me ameaçado, tinha sido assassinado numa briga de bar.

Alguns meses depois, eu estava indo trabalhar a pé e percebi um rapaz me seguindo, eu mudava de calçada e ele mudava também, até que ele me alcançou e me cercou, e eu enfim reconheci o seu rosto: era o outro ex-aluno daquela noite da ameaça. Fiquei com muito medo, pois achei que ele iria me machucar ou mesmo me matar. Ele queria conversar comigo sobre aquela noite da ameaça, queria se desculpar, pois ele e o colega realmente pensaram em fazer algo ruim comigo. Ele comentou que, após a morte do amigo, ele se regenerou, entrou para a igreja e pretendia fazer as pazes com seu passado e mudar de vida. Por isso, precisava do meu perdão. Claro que eu o desculpei e disse que podia seguir em paz, pois eu não guardava nenhuma mágoa dele. Fiquei por muito tempo refletindo que poderia ter sido agredida ou ter perdido minha vida por uma bobagem.

Na época, contei minha história, principalmente aos colegas de trabalho, e ouvi muitas outras histórias semelhantes. Percebi que vários outros colegas também tinham sofrido agressões verbais e ameaças, o número era bem maior do que eu imaginava. Inclusive, soube de uma professora que teve o braço fraturado após ter recebido uma cadeirada de um aluno drogado. O interesse por esse tema tornava-se latente, eu precisava entender o que estava acontecendo, o porquê dessa violência gratuita contra os professores, pois não dava mais para se calar diante de uma realidade tão desoladora. Aprofundei-me nas leituras acadêmicas sobre a violência na escola, li muitas notícias que falavam sobre as agressões e busquei ampliar minha qualificação profissional com o curso de mestrado, visando desenvolver uma pesquisa sobre como a violência dos alunos contra os professores pode reverberar na docência e quais são seus desdobramentos na vida do educador.

Expostos os motivos pessoais que me levaram à escolha desse tema, sendo também vítima de agressões, pretendo desnudar esse assunto no meio escolar e transpor os muros das escolas para que essa forma de violência se torne pública e, inclusive, por ser um trabalho de relevância social, caracterizar-se para

além de uma denúncia, pois poderá sensibilizar a comunidade escolar para que haja um interesse maior em solucionar esses problemas, aplicando-se meios para a promoção do diálogo, da tolerância e da paz.

É importante lembrar que a escola se apresenta como parte integrante e essencial da sociedade. Nela, constantemente, há assimilação do conhecimento, sendo também um espaço de convivência, no qual se possibilita que o indivíduo se integre socialmente e possa ter a perspectiva de uma vida melhor (ABRAMOVAY, 2006). A escola, todavia, também sofre com a violência dentro de seus muros, e as notícias sobre esse tema já aparecem nas mídias e, por vezes, apenas com o intuito de se fazer manchete com foco midiático, contribuindo para uma divulgação errônea e provocando o estímulo de outros atos violentos, centradas na conduta dos agressores, desprovidas de uma análise mais crítica e educativa, conforme afirmam Matos, Menezes e Alves (2006). Após o choque inicial causado intencionalmente pela mídia sensacionalista, o assunto parece cair no esquecimento para a população, e não é apresentada uma solução adequada para sua resolução ou para ao menos minimizar o problema. O mesmo não acontece com aqueles que foram agredidos e permanecem diariamente inseridos no ambiente escolar, com o desafio de elaborar subterfúgios para amenizar o conflito e a violência (MATOS, MENEZES, ALVES, 2006).

Deve-se compreender que a responsabilidade no que concerne à violência na escola não é só da equipe gestora ou dos partícipes do cotidiano institucional, pois a escola está inserida na sociedade e reflete nas relações sociais os valores e as culturas intrínsecas a ela. Nessa perspectiva, precisa-se de uma ação conjunta – sociedade, escola, Poder Público – para minimizar a violência na escola, afinal, de acordo com o Ministério de Educação e Cultura:

As pessoas não nascem boas ou ruins; é a sociedade, quer queira, quer não, que educa moralmente seus membros, embora a família, os meios de comunicação e o convívio com outras pessoas tenham influência marcante no comportamento da criança. E, naturalmente, a escola também tem. É preciso deixar claro que ela não deve ser considerada onipotente, única instituição social capaz de educar moralmente as novas gerações. Também não se pode pensar que a escola garanta total sucesso em seu trabalho de formação. Na verdade, seu poder é limitado. Todavia, tal diagnóstico não justifica uma deserção. Mesmo com limitações, a escola participa da formação moral de seus alunos. (BRASIL, MEC, 2007, p. 54-55)

No Brasil, a violência entrou nas escolas porque, provavelmente, reflete

um contexto macroestrutural que envolve a sociedade, o que causa o desinteresse pelos estudos e a falta de perspectiva social para muitos jovens, refletida também nas demonstrações de agressividade. Por vezes, no jogo de poder, intrínseco às relações humanas (NIETZSCHE, 2008), um indivíduo se projeta acima do outro, com atitudes de ameaça, para vencer as engrenagens que envolvem o homem social e suas conflitantes relações; não vê o outro como a si mesmo, impossibilitando, assim, um harmonioso convívio social. Sobre isso, Maturana (1998, p. 24) afirma que “sem a aceitação do outro na convivência, não há fenômeno social”.

O indivíduo, antes de tudo, precisa se descobrir para reconhecer no outro um ser humano digno e, assim, manter as relações sociais. É inicialmente no ambiente escolar que se exercitam essas questões da convivência em grupo, que se aprende sobre o respeito ao próximo e às suas diversidades, sobre tolerância e aplicação de valores éticos. É preciso haver a linguagem entre os seres para que se obtenha o respeito (MATURANA, 1998). É claro que essa responsabilidade não irá recair apenas sobre a escola, é necessário um engajamento de diversos segmentos sociais. Num mundo onde há muita violência, é essencial que se busque sempre o bloqueio de suas forças, principalmente nos jovens e dentro da escola. É na educação que essas atitudes ultrapassam os assuntos meramente decorativos. Podemos dizer que

Aprender a ser cidadão é, entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não violência; aprender a usar o diálogo nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do país. Esses valores e essas atitudes precisam ser aprendidos e desenvolvidos pelos alunos e, portanto, podem e devem ser ensinados na escola. (BRASIL, MEC, 2007, p. 69)

De fato, a questão da violência juvenil perpassa pelos espaços escolares, é abrangente no que se refere às suas origens, pois muitos fatores estão envolvidos nessa reflexão: uma família desestruturada; uma sociedade preconceituosa no que se refere aos pobres, pretos e de periferia; uma cultura plural e diversificada; uma sociedade extremamente desigual economicamente; a banalização da violência; a geração libertária; os descasos de governos que não investem prioritariamente na educação; ou como consequência dos atuais tempos líquidos (BAUMAN, 2004), nos quais parece que nada é para durar. Esses aspectos, somados à incapacidade de criar laços sólidos, à fluidez das relações pessoais e do consumismo, fomenta a violência, como assinala Zygmunt Bauman (2007), no seu livro *Tempos Líquidos*.

Os alunos, imersos nessa sociedade plural e desigual, que se sentem oprimidos pelo sistema social, educacional, político e cultural, ou agredidos pelos colegas, subestimados por professores com quem convivem no ambiente escolar, ficam inseguros, podem se calar e abandonar a escola ou agir com violência como resposta a toda a engrenagem desse sistema. No último caso, o medo será gerado na escola, e esta talvez não saiba como tratar a violência por não ter apoio, por não ter conhecimento de como agir ou, mesmo, por não considerar isso sua responsabilidade (ABRAMOVAY, 2006).

A cada dia, aumenta o número de casos no Brasil apresentados através da mídia, que mostra que a violência na escola não cessa e só cresce entre os jovens, seja na condição de praticantes ou de vítimas. Casos de violência de alunos contra professores também estão continuamente na vida escolar e alguns, inclusive, viraram casos de polícia. Esses relatos de violência, que ora são de características físicas e ora são psicológicas, vão desde pressões psicológicas, passando por *bullying* (é uma forma de violência social que corresponde a inúmeros atos de caráter intencional e repetitivo contra uma ou mais vítimas) xingamentos, agressões físicas e até ameaças de morte (SILVA, 2010).

Segundo uma pesquisa feita por Abramovay (2006) em seis capitais brasileiras (Belém, São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Porto Alegre), no período de 2003, intitulada de “Vitimização nas Escolas”, observaram-se as diversas manifestações de violência presentes nas escolas e os seus traumas para alunos, professores e toda a equipe pedagógica. A pesquisa aplicou questionários a 10.069 alunos e 1.927 adultos em 113 escolas da rede pública estadual e municipal. Nela, avaliou-se a relação entre alunos e professores, e quase metade dos alunos (44,5%) afirma ser boa ou ótima, entretanto 43,7% consideram como mais ou menos e outros 11,8% como ruim/péssimo. Um resultado ruim, quando se observa que as opiniões estão divididas, num ambiente onde deveria prevalecer o interesse pelo desenvolvimento intelectual, pela capacidade crítica, pela percepção da integridade do outro indivíduo, como também na construção da identidade desses jovens.

Muitos professores convivem diariamente com o drama da violência, são também vítimas dessa mazela, e, por vezes adoecidos pelo trauma, desenvolvem doenças psíquicas (pânico, depressão etc.). A Síndrome de Burnout – distúrbio psicológico causado pelo cansaço físico e mental – até doenças autoimunes, como a

tireoide de Hashimoto, vitiligo, doença de Crohn ou colite ulcerativa, são outros exemplos. Muitos até chegam a migrar para outras profissões por não suportarem mais exercer a profissão docente na escola (SILVA, 2010). São, também, submetidos a difíceis condições de trabalho, com salários míseros e poucos incentivos financeiros, e por isso submetem-se a um aumento da jornada de trabalho, por vezes precisando ministrar aulas em várias escolas, mesmo longe de suas residências, com pouco material didático e, às vezes, com pouca oportunidade de qualificação. Essas precárias condições de trabalho são apontadas por Koehler (2006, p. 213) como “violências inerentes à profissão professor”.

Em São Paulo, uma pesquisa divulgada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp) em maio de 2013 apresenta que 44% dos professores do estado já encararam algum tipo de violência na escola. A violência através do uso de palavrões, configurada como agressão verbal, é a forma mais comum de ataque, atingindo 39% dos docentes, seguida de assédio moral (10%), *bullying* (6%) e agressão física (5%). Esse estudo surpreendeu na questão de gênero, pois mostrou que quem mais sofre violência escolar são os professores do sexo masculino (65% deles já foram atingidos por qualquer uma dessas agressões) e que, num resultado já esperado, os alunos agressores são do Ensino Médio. Apesar de o número de agressões físicas ser em torno de 5%, não se admite que haja esse tipo de violência ao profissional que convive diariamente com seus alunos, a fim de educá-los e com quem se deveria manter boas relações pessoais.

Na tessitura deste trabalho, a abordagem deste tema será relevante ao se denunciar a existência da violência social no meio escolar, principalmente do aluno contra o professor, destacando a violência física e, por conseguinte, a violência psicológica. Ao focar a violência escolar dando ênfase aos delitos cometidos contra o educador, deseja-se conceder visibilidade à voz do educador, muitas vezes silenciada pela “culpabilidade” da vítima, ou seja, experiências relegadas aos porões das memórias individuais, porque a violência é associada à incompetência profissional do docente. A pesquisa é de relevância social, pois traz a oportunidade de mostrar as dificuldades em se trabalhar, nos dias atuais, em ambiente escolar violento, bem como de que modo esse ambiente interfere na vida pessoal e profissional do docente. A importância desta pesquisa se dá pela necessidade de visibilidade de um problema que não pode ser silenciado, pois está latente no meio educacional e social. Refletir e elaborar estratégias para a solução dessa questão é

tarefa muito complexa, que exige visão holística e estudos hermenêuticos com vistas a amenizar tal mazela e minimizar suas consequências nos sujeitos envolvidos.

Quanto ao método escolhido para o desenvolvimento deste estudo, trata-se de técnica fenomenológica, pois há um interesse em mostrar o que está no consciente do indivíduo, anotando sem intervenções o relato da experiência, sem julgamentos ou subterfúgios que mascarem a sua realidade, ou seja, bem como ela se apresenta, “nua e crua”, já que não há preocupação em agradar a um grupo ou ao mundo exterior (GIL, 2008).

A forma fenomenológica de perceber o conhecimento subjetivo está relacionada ao *cogito*: palavra latina que significa “penso”, presente na famosa frase **Cogito, ergo sum**, que significa "penso, logo sou", princípio muito utilizado pelo filósofo Descartes. Conhecimento este que também se estabelece na nossa própria percepção de mundo e que não preconiza seus ideais na ciência exata, pois é integrante das ciências humanas, permitindo a liberdade de um pensamento individual e, assim, um posterior crescimento social e histórico. Para Ponty (2011), ao compreender meu corpo, posso perceber o outro e, nisto, entender a sua história e as suas significações de mundo.

Para desenvolver a pesquisa, iniciou-se pelos estudos bibliográficos. Foi feita uma árdua busca de informações, através de leituras e acessos a sites – Scielo, Google Acadêmico, Erick –, como também uma coleta de dados em reportagens sobre esse tipo de violência, seja ela ocorrida em nossa capital (Fortaleza), no interior do estado (Ceará) ou em outros municípios. Concomitante à apropriação bibliográfica, também foram estudados alguns documentos legais: o ECA, a LDB, os PCN, a Constituição Federal e alguns Projetos de Lei, para investigar se discorriam sobre a violência na escola, em especial de alunos contra professores.

Depois dos estudos tecidos, ocorreram vários deslocamentos às escolas de diversas localidades, com o intuito de se encontrar docentes que estivessem dispostos a contar a sua história, no que concerne à temática da violência física sofrida por professores. A cada caso de violência informado, buscava-se o contato com o professor agredido, mas não havia sucesso na concessão para a participação na pesquisa; eles, sempre constrangidos, preferiam silenciar. Enfim, depois de inúmeras tentativas frustradas, foi possível definir o sujeito da pesquisa: uma professora violentamente agredida na escola, única que se disponibilizou a narrar

sua experiência e participar da pesquisa. As entrevistas foram agendadas na casa da docente, gravadas em áudios, transcritas na íntegra, validadas e textualizadas para análise.

O sujeito desta pesquisa foi uma professora de Geografia de uma escola municipal que foi brutalmente agredida em sala de aula, diante de várias testemunhas, e, atualmente, é concursada pelo estado do Ceará e leciona há sete anos em salas do sétimo ao nono ano. Na época da agressão, ela era professora temporária e atuava numa escola longe de sua residência que se localizava num bairro considerado de periferia.

Sendo aqui explicitadas a temática e sua delimitação, bem como o problema central e o objetivo geral que norteou o estudo, foi justificado o interesse pelo objeto de pesquisa e apresentada a sua relevância. Agora, vou mostrar como o trabalho ficará dividido, ou seja, explicitar os capítulos, que abordam sobre violência, educação, juventude, pesquisa de campo e políticas públicas, que constituem o corpo desta dissertação.

Introdutoriamente, enfoco sobre o tema violência, seus problemas e suas consequências no meio escolar, com uma breve explanação sobre as questões da violência e sua presença nos dias atuais e a necessidade de um olhar mais atento da sociedade.

No primeiro capítulo, desenho um quadro sobre alguns conceitos de violência e tipos de violência, recorrendo às ideias de Durkheim (2010), Arendt (2014), Sposito (2001), Bourdieu (2007) e Marilena Chauí (1994). Nesse capítulo, também vêm se apresentando alguns relatos de professores de outros estados brasileiros sobre a vivência da violência entre professor e aluno e suas relações de poder em Foucault (2009). Abordo, em seguida, sobre a juventude, o poder e as relações sociais, comungando com Groppo (2000), Bauman (2007) e Fialho (2014).

No segundo capítulo, há o relato de toda a caminhada para a coleta de dados, informações da professora agredida, ou seja, o estudo de caso apropriado através da oralidade na entrevista.

No terceiro capítulo, expõem-se os resultados das pesquisas feitas em escolas, para uma disseminação da paz, por um grupo de estudo da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob orientação de Matos (2015), e estudos de diversos autores sobre a violência nas escolas, para amparar a discussão dos resultados considerando o contexto social e as políticas públicas, ensejando uma cultura de

paz, com algumas reflexões e possíveis proposituras.

2 A VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR E AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE PROFESSOR E ALUNO

2.1 VIOLÊNCIAS: ALGUNS CONCEITOS

A violência está presente na humanidade e sempre estará, devido às conflituosas relações entre os seres humanos, seja em casa, no ambiente escolar, no supermercado, no trânsito, no trabalho e em qualquer momento em que for preciso ficar imerso na sociedade e que isso signifique conviver com outros; ninguém estará ileso à vivência dessa tensão. Segundo o conceito de Merch,

A palavra “violência” é oriunda da raiz latina violar que classicamente apresenta os seguintes sentidos: ofender com violência, transgredir, profanar, exercer violência sobre, forçar, coagir, fazer uma ação impetuosa. Falar de violência na sociedade atual implica em abarcar todos estes sentidos e aprofundá-los em uma gama ampla, onde o real surpreende sempre pelo ineditismo de uma ação que pode ser cada vez mais violenta. (MERCH, 2005, p. 51-56)

Não há certeza quanto aos motivos causadores da violência nem mesmo quanto ao fenômeno em si. Afinal, os problemas da violência vêm se acentuando e permanecem, nos dias atuais, refletidos em lentes obscuras, passam a ser mais comuns, considerados como atos banais e pouco questionados, chegando mesmo a ser percebidos como necessários na imposição do ser. Arendt (2014) já asseverava essa afirmação, na obra “Sobre a violência”, quando explicitava:

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. Na última edição da Enciclopédia de Ciências Sociais, a “violência” nem sequer merece menção. Isto indica o quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, desconsideradas; ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos. (ARENDR, 2014, p. 23)

Sendo, então, a sociedade atual composta de inúmeros meios para se chegar a algum estado da violência, é possível, em algum momento da vida, se deparar com atitudes violentas promovidas pelos indivíduos, mesmo que seja uma simples gesticulação, ofensa velada ou verbal, até se chegar ao ponto máximo da prática de agressões físicas. Destarte, podem-se relacionar diversas formas de violência nos mais variados contextos, que são consideradas crimes de acordo com

as normas constantes no Código Penal Brasileiro:

- a) *A violência física*: ato violento que é praticado contra outrem, lhe causando danos físicos;
- b) *A violência institucional*: um tipo de violência que gera a desigualdade, seja étnico-racial, de gênero ou de classe, e que se integra em instituições, sendo elas privadas ou estatais, ou em grupos sociais;
- c) *A violência intrafamiliar*: ocorre no meio familiar, comumente dentro de casa e praticada por um integrante que conviva com a vítima, sendo esta violência física, sexual, psicológica, de tortura, negligência ou abandono;
- d) *A violência moral*: agressão que tem o intuito de caluniar, difamar, denegrir a imagem ou injuriar o outro ser, e é a mais comum contra o gênero feminino;
- e) *A violência financeira (patrimonial)*: é aquela em que ocorre dano, subtração, destruição e retenção do patrimônio pertencente a outras pessoas;
- f) *A violência emocional (psicológica)*: ação praticada contra a vítima através de mecanismo psicológico com a intenção de controle de suas ideias e ações, objetivando a diminuição da autoestima e da capacidade de crescimento pessoal;
- g) *A violência sexual*: é feita com ato forçosamente praticado através da relação sexual, como também a utilização de palavras de cunho sexual e depreciativo que intimidem a vítima e que também a forcem a praticar sexo com terceiros.

Dentre elas, será primordial se deter sobre as violências psicológicas e físicas expressas no contexto escolar, vivenciadas continuamente entre professores e alunos, em especial dos últimos contra os primeiros. Interessa, pois, observar o que Hannah Arendt evidencia sobre os conflitos do professor em relação ao presente e ao seu desejo de manter o conservadorismo do passado:

A verdadeira dificuldade da educação moderna reside pois no facto de, para lá de todas as considerações da moda sobre um novo conservadorismo, ser hoje extremamente difícil garantir esse mínimo de conservação e de atitude de conservação sem a qual a educação não é simplesmente possível. E há boas razões para isso. A crise de autoridade na educação está intimamente

ligada com a crise da tradição, isto é, com a crise da nossa atitude face a tudo o que é passado. Para o educador, este aspecto é especialmente difícil uma vez que é a ele que compete estabelecer a mediação entre o antigo e o novo, razão pela qual a sua profissão exige de si um extraordinário respeito pelo passado. (ARENDR, 1961, p. 12)

De acordo com as reflexões apresentadas anteriormente, vê-se que a escola puramente tradicional possuía um perfil bem diferente do existente nos dias contemporâneos no que se refere ao comportamento dos professores e alunos. Não há mais aquela presença imperativa do professor como o único detentor do saber, e também não existe mais o aluno obediente e “respeitador” das regras escolares ditatoriais.

Hodiernamente, devido ao maior acesso às informações e à liberdade de expressão, o aluno já questiona mais criticamente o que acontece no meio em que está inserido, e ante essa apropriação de lançar luz à sua fala, reivindica sentido para os assuntos escolares, bem como para as normas instituídas por familiares e pela sociedade. Emergem situações conflitantes, que se agravam com a recusa do aluno em obedecer e respeitar a “autoridade” do professor, e eclodem em violências. Hoje em dia, devido a os pais estarem ausentes, trabalhando fora, ou mesmo por não saberem lidar com essa juventude tão moderna e singular, transferem ao educador a tarefa de ensinar valores humanos que deveriam ser aprendidos em seus lares, fazendo com que haja conflitos ao se cobrar diariamente na escola atitudes de valorização e respeito ao próximo (KOEHLER, 2006).

As instituições esquematizam um sistema disciplinar de “doutrinação dos corpos” (FOUCAULT, 2009) que prima pela disciplina e obediência. O controle dos alunos, contudo, ainda que de maneira velada ou mesmo explícita, não ocorre de maneira pacífica. Ao envolver todos na chamada “violência simbólica” (BOURDIEU, 2007), revela-se uma aplicação legal da cultura dominante e das desigualdades sociais e escolares, e nessas constantes relações de forças e poder se legitima a opressão daquele considerado mais forte. Quando ocorre a ausência de diálogo, essas questões de dominação ou poder vêm à tona e, então, resultam na incapacidade de negociação, no silêncio ou na expressão da violência, maximizando os vários problemas. Uma educação voltada para o diálogo deve surgir nas séries iniciais, pois é desde a primeira infância que a criança aprende a realizar negociações e a dar importância ao diálogo.

Freire (2000), na terceira carta pedagógica, já acenava para mudanças

e dizia que a resposta está na educação e que ela será capaz de transformar e libertar e, assim, construir uma sociedade mais humanizada:

Não é possível refazer este País, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos. (FREIRE, 2000, p. 67)

Reportando ao afirmado anteriormente por Freire (2000), é interessante frisar que a violência está presente na escola, e algo deverá ser feito para reverter essa situação. Só a educação não irá transformar a sociedade, como também a sociedade sozinha não se modificará.

Sendo a escola essencial à sociedade, há nela um vasto campo de estudo e de observação servindo de foco para inúmeras pesquisas de cunho social. Por isso, torna-se relevante destacar que, dentre as temáticas escolares, as questões relacionadas à violência vêm emergindo com maior ênfase nos últimos anos, porém, em várias escolas, esse tema não é trabalhado com a frequência devida, por vezes é até negligenciado, e, num relativo silêncio, os sujeitos desses ambientes naturalizam situações de violência vivenciadas no contexto escolar. De acordo com as ideias de Sposito (2001), ainda não há um interesse por parte dos acadêmicos ou órgãos públicos em pesquisar e combater a crescente violência nas escolas:

Apesar do intenso debate público em torno da violência e de sua relação com os segmentos juvenis, quer como protagonistas, quer como vítimas, as equipes de pesquisadores demoram a assimilar no conjunto de seus interesses o tema das relações entre violência e escola. Verifica-se, também, nesses últimos anos, a inexistência de um programa nacional específico para investigações sobre violência escolar proposto e seu combate pelo poder público, através de suas agências de fomento à pesquisa. No entanto, se é preciso reconhecer a fraca indução por parte dos organismos públicos, não é possível desconsiderar, também, que o interesse acadêmico pela questão ainda é bastante incipiente. (SPOSITO, 2001, p. 89)

A violência no contexto escolar, muitas vezes, persiste de maneira sutil, em outros casos se apresenta de forma mais evidente, fazendo emergir uma

profunda contradição com os discursos sobre escola cidadã¹. É necessário lançar luz sobre a violência escolar, para, posteriormente, cientes dessa problemática eminente, buscar estratégias que consigam minimizar essa mazela.

Nas últimas décadas, tem-se visualizado a violência na escola, lamentavelmente com muita frequência, que poderá ser visto como um local de comportamentos agressivos, de indisciplina, de conflitos e, sobretudo, de intolerância. A violência na escola existe em várias facetas e poderá ser resultado da violência que norteia a sociedade. Assim nos exprime o texto do Ministério da Educação:

Na escola, os distúrbios disciplinares, a violência e o autoritarismo nas relações interpessoais são alguns dos maiores problemas sociais da atualidade e vêm comprometendo a busca por uma educação de qualidade. São fenômenos complexos, cujo enfrentamento requer disposição e preparo para buscar caminhos não autoritários. (BRASIL, MEC, 2007, p. 19)

Bourdieu e Passeron (1975), na perspectiva simbólica, no que concerne à violência na interface com a educação, asseveram que esta é relevante, pois se evidencia imperiosamente quando ocorre a imposição cultural na escola, afinal, “toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural”. (BORDIEU, PASSERON, 1975, p. 24). Ainda sobre a ação pedagógica autoritária, destacam que “É toda a lógica de uma instituição escolar baseada sobre um trabalho pedagógico de tipo tradicional e garante até o extremo a ‘infallibilidade’ do ‘mestre’ que se exprime na ideologia professoral da ‘nulidade’ dos estudantes”. (BOURDIEU, PASSERON, 1975, p. 150).

Já no entendimento de Marilena Chauí (1985), há uma relação entre o conceito de violência das questões sociais com a ideia da “coisificação” humana e sua brutal transgressão aos direitos dos indivíduos. Ela diz que a violência não é violar regras e leis, mas sim a violação do outro, com a omissão de sua fala e de suas ações, caracterizando-se, assim, num ato desumano que:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala

¹A escola cidadã é feita com direitos e deveres, um conceito criado por Freire (1997).

de outrem são impedidas ou anuladas, há violência. (CHAUÍ, 1985, p. 35)

Ainda de acordo com os conceitos de Chauí (1999), é válido ressaltar que a violência transgrediu a ética e, como tal, oprime a liberdade e transforma o outro ser em irracional, num ser desprovido de opinião, ausente no social. Sem ação e esperanças de justiça, a

Violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos. (CHAUÍ, 1999, p. 5)

Baseado nas proposições de Chauí (1999), ao investigar as relações de violência entre professores e alunos, comunga-se com a estudiosa quando ela diz que a banalização da violência existe em situações em que o agressor acredita se colocar numa posição superior, e, como reflexo de atitudes do medo ao outro, passa-se a ser submetido às suas imposições, desvalorizando, assim, os seus direitos fundamentais. No caso desta pesquisa, no entanto, o cerne não é compreender como os professores, personagens ordeiramente privilegiados na relação de poder, impingem a violência. Mas, ao contrário, como os alunos, forçosamente, tentam assumir a preponderância nas forças de poder e, amparados na violência, querem impor suas determinações. Nesse caso, nos amparamos teoricamente em Chauí, no que concerne ao conceito de violência, quando ela define que:

a violência é entendida como o uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser. A violência é a violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém. (CHAUÍ, 2000, p. 163)

Tal conceito abarca o objeto de estudo, porque é justamente a violência física de alunos contra professores que se coloca como cerne de investigação. Investiga-se, na percepção dos professores agredidos fisicamente, como os alunos usam da força física e do constrangimento psíquico para obrigar os professores a agirem de modo contrário às regras instituídas pelo sistema educacional.

Importa mencionar que a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE 2012, realizada com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, investigou temas relacionados a vários aspectos em que a violência pode afetar os

escolares, como: sentimento de insegurança no deslocamento para a escola e no espaço escolar; envolvimento em brigas com armas de fogo e brancas; agressão física perpetrada por adultos da família; lesões e ferimentos sofridos; violência no trânsito; e *bullying*. No que se refere às brigas com arma branca, 7,3% dos escolares declararam envolvimento, nos 30 dias que antecederam a pesquisa, sendo este mais frequente entre alunos do sexo masculino (10,1%) do que do sexo feminino (4,8%). Os alunos de escola pública que se envolveram em algum episódio dessa natureza corresponderam a 7,6%, enquanto os de escola privada foram 6,2%. O envolvimento em brigas com armas de fogo foi declarado por 6,4% dos escolares, sendo também mais frequente entre alunos do sexo masculino (8,8%) do que do sexo feminino (4,3%). Observaram-se diferenças entre as esferas administrativas das escolas, no que diz respeito ao envolvimento em brigas com armas de fogo, sendo 6,7% para estudantes de escolas públicas e 4,9% para aqueles de escolas privadas.

A PeNSE 2012 também investigou o uso de drogas ilícitas, tais como: maconha, cocaína, crack, cola, loló, lança perfume, ecstasy. Os dados evidenciaram que 7,3% dos escolares já usaram drogas ilícitas. Os escolares do sexo masculino, com 8,3%, foram mais frequentes no uso de drogas ilícitas no Brasil. Entre os escolares do sexo feminino, o percentual foi de 6,4%.

A pesquisa supracitada mostra que a violência social está presente entre os jovens, seja com a utilização de armas brancas ou de fogo, podendo se observar que é maior nas escolas públicas. A PeNSE (2012) também investigou o uso de drogas feito por jovens, mostrando dados de que essa prática é maior entre os escolares do sexo masculino. Apesar de que, em todos os casos, o percentual seja inferior a 10%, isso mostra que há uma utilização de armas e drogas pelos jovens e que elas adentraram no ambiente escolar, causando desestruturação na vida escolar dos estudantes, possibilitando situações de violência, seja contra os colegas, como também contra o professor. A seguir, veremos informações sobre o Mapa da Violência expostas por Jacobo Waiselfisz, principalmente ocorrida entre os jovens, mostrando que, apesar da aplicação de projetos para a sua melhoria, as mortes violentas tendem a crescer.

Para Júlio Jacobo Waiselfisz, coordenador do Mapa da Violência 2013, as prioridades dos governos, quanto à aplicação de recursos na segurança pública e em campanhas de desarmamento, não diminuiram a criminalidade. De 2000 a 2010,

foi registrada uma taxa de aproximadamente 20 homicídios com armas de fogo por 100 mil habitantes. Devido ao alto índice de violência, supõe-se que as estratégias não estão sendo satisfatórias para uma considerável redução. Na conclusão de sua pesquisa, invoca por mudanças:

É nessas áreas que deveremos criar novas propostas e estratégias de ação, mas, primordialmente, criando oportunidades e alternativas para a juventude, setor da sociedade mais afetado pela mortalidade por armas de fogo. Criando as bases para a construção de uma nova cultura de paz e de tolerância entre os homens, com profundo respeito às diferenças e ao direito efetivo de todos os indivíduos de ter acesso aos benefícios sociais mínimos para uma vida digna: saúde, trabalho e educação. Se conseguirmos implementar conjunta e articuladamente ambas as fases desse desarmamento: o físico e o cultural, não duvidamos de que o futuro próximo será bem melhor. (WAISELFISZ, 2013, p. 55)

As mortes violentas estão se espalhando pelo país. Em relação ao Mapa da Violência de 2014, com referência aos jovens, Jacobo alerta para o crescimento de homicídios:

Se a magnitude de homicídios correspondentes ao conjunto da população já pode ser considerada muito elevada, a relativa ao grupo jovem adquire caráter de verdadeira pandemia. Os 52,2 milhões de jovens que o IBGE estima que existiam no Brasil em 2012 representavam 26,9% do total da população. Mas os 30.072 homicídios de jovens que o DATASUS registra para esse ano significam 53,4% do total de homicídios do País, indicando que a vitimização juvenil alcança proporções extremamente preocupantes. (WAISELFISZ, 2014, p. 37)

O estado do Ceará é o primeiro do Brasil em número de homicídios na juventude, e observa-se que o crescimento vertiginoso da violência no estado adentra o contexto da educação formal e assola, a cada dia com maior frequência, o ambiente escolar.

Verifica-se, pois, que na escola, enquanto extensão da sociedade, existem problemas referentes aos conflitos sociais que adentram o seu contexto. Há alguns jovens que se utilizam desse ambiente para a formação de grupos que visam intimidar outros alunos ou professores com agressões, provocações, para “demarcar territórios”, impor respeito por mecanismos de poder e coerção e, em alguns casos, até usam armas de fogo.

No que concerne aos dados de pesquisas científicas envolvendo a violência entre alunos e professores, pode-se apresentar um estudo divulgado na internet que revela que o Brasil está no topo do ranking de violência contra professores, de acordo com uma enquete da Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE) - 2014. O estudo internacional sobre os professores revelou a presença do Brasil nessa posição desagradável, apesar de que, segundo a pesquisa, houve avanços na educação brasileira nos últimos anos:

Uma pesquisa global feita com mais de 100 mil professores e diretores de escola do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio (alunos de 11 a 16 anos) põe Brasil no topo de um ranking de violência em escolas. Na enquete da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 12,5% dos professores ouvidos no Brasil disseram ser vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana. Trata-se do índice mais alto entre os 34 países pesquisados - a média entre eles é de 3,4%. (OCDE, 2014)

A conclusão apontava para o fato de que os professores gostavam de seu trabalho, mas "não se sentem apoiados e reconhecidos pela instituição escolar e se veem desconsiderados pela sociedade em geral" (OCDE, 2014). É nessa lacuna que se insere este estudo, afinal, tais relações conflituosas abarcam também os professores e sobrepujam a realidade de trabalho de profissionais do magistério, que precisam se preparar para lidar com essas situações limites.

Diante das pesquisas apontadas pelo OCDE e de acordo com os depoimentos abaixo, retirados do site da APEOESP, demonstra-se que a violência de alunos contra professores está presente em vários estados do Brasil:

- a) O que era para ser uma simples reprimenda pela bagunça no corredor da escola tornou-se caso de polícia após uma aluna partir para a agressão física contra a professora. Glaucia Teresinha da Silva bateu com a cabeça no chão, teve traumatismo craniano, ficou 15 dias no hospital e seis meses em casa até se recuperar. Isso aconteceu numa escola pública de Porto Alegre;
- b) Leila Soares tomou oito golpes de um aluno da Escola Municipal João Kopke, na zona norte do Rio de Janeiro, no dia 21 de março deste ano. Mas muitos outros socos continuaram ocorrendo depois da agressão. Hoje, quase cinco meses depois de ser agredida na sala onde dirigia o colégio, ela ainda sente os efeitos do trauma. Ainda não voltou a trabalhar e só recentemente começou a sair de casa sozinha;
- c) G.A.P. é professor da rede pública do interior de Minas Gerais há 19 anos e há seis está em ajustamento funcional por causa de agressões dentro das escolas. O caso, que aconteceu em 2007, deixou traumas que até hoje não foram superados. O educador de 45 anos, que

prefere não revelar o nome, contou que, em um dia de trabalho, um dos alunos estava sem nota e não queria refazer a prova. Bastou para que o professor sofresse mais do que ameaças por parte do adolescente. "Ele queria fazer a prova anterior que já estava corrigida. Quando eu falei que não, ele jogou a carteira em mim, a minha sorte é que não pegou. Eu saí da sala, fui relatar para diretora e ela jogou a culpa para mim", recorda;

- d) Professora de uma escola estadual na periferia de Belo Horizonte, I.F.O. não quer ser identificada por medo de represálias na instituição de ensino e de novas agressões. Após levar chutes de um estudante, passou seis meses de licença médica e, agora, toma antidepressivos regularmente devido ao trauma. A maior revolta é quanto à falta de punição. "O aluno chegou chutando porta. Parecia que ele havia consumido drogas e estava agitado. Eu pedi para ele respeitar os colegas e ele veio pra cima de mim, me chutou, me derrubou no chão. Ele só não me bateu mais porque os alunos interferiram", conta a educadora sobre a cena que prefere não lembrar.

No Ceará, há também inúmeros casos de violências, uns são omitidos, outros poucos são divulgados, e raros os que encontram respaldo midiático. No site da APEOC (Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais Ceará), existem campanhas de respeito aos professores, numa tentativa de se reduzir a violência. Inclusive, numa reportagem do site, há a informação de que a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou uma proposta que cria o Programa Nacional de Prevenção à Violência contra Educadores (Pnave) - 2013.

O Pnave foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas ainda será analisado e estará sujeito à apreciação do Plenário. O projeto estabelece o afastamento do aluno, inclusive através de transferência, quando ocorrer agressão, ameaça ou constrangimento ao profissional dos estabelecimentos de ensino, assegurando licença remunerada caso existam riscos a este educador (são considerados educadores: professores, diretores, orientadores, coordenadores e todos aqueles que trabalhem em escolas). No caso de morte do educador dentro do estabelecimento escolar, o projeto prevê uma alteração no Código Penal para que haja uma pena de 12 a 30 anos a esse infrator. E no caso de infratores

adolescentes, a proposta é de um encaminhamento de mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo a aplicabilidade das penas pautada em leis que respeitem o direito à vida e à integridade física do profissional em educação.

O direito à educação consta na Constituição Federal de 1988, que dá garantias da sua efetiva aplicação, como explicitado em lei:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 134)

O ECA também assegura a garantia da educação às crianças e aos adolescentes através dos governos estaduais e municipais, e que esta seja com qualidade e com igualdade de condições e que também contribua para uma melhor formação do cidadão:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990)

No Brasil, a educação tem garantias legais também na Lei de Diretrizes e Bases - LDB (1996):

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDBEN, 1996, p. 5)

Mesmo com o amparo em vários textos legais, no Brasil, ainda não se conseguiu universalizar a educação, tampouco oferecê-la com igualdade de condições de acesso e permanência e qualidade. Não bastassem esses desafios a ser vencidos, o combate à violência escolar se configura outro ponto de tensão a ser trabalhado, pois prejudica substancialmente a oferta de uma educação pública em consonância com os textos legais.

As leis asseguram o direito à educação com ênfase, mas também deveria estar acompanhado de deveres, principalmente no que concerne ao respeito aos professores e demais profissionais da educação e ao dever de estudar. É o que defende também a ex-deputada Cida Borghetti, que, em 2011, apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 267/11, que adicionaria o art. 53-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, prevendo estabelecer deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante:

Art. 2º. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 53-A: “Art. 53-A. Na condição de estudante, é dever da criança e do adolescente observar os códigos de ética e de conduta da instituição de ensino a que estiver vinculado, assim como respeitar a autoridade intelectual e moral de seus docentes. Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput sujeitará a criança ou adolescente à suspensão por prazo determinado pela instituição de ensino e, na hipótese de reincidência grave, ao seu encaminhamento a autoridade judiciária competente.” (PROJETO DE LEI nº 267/2011).

O PL foi arquivado em 31/01/2015, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e não chegou a ser votado. Tal redação legal, no entanto, apesar de reafirmar os deveres dos jovens, não poderia prever sanções ou punições ao seu descumprimento, já que a educação escolar é um direito subjetivo. E enquanto a discussão da violência escolar não ganha maior espaço nas agendas públicas das autoridades, o assunto não emerge ao status de política pública e continua silenciado ou negligenciado.

2.2 A EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA DO SOCIÓLOGO DURKHEIM

Como o sociólogo francês Durkheim (2010) conceituava a educação? Para sua época, suas ideias foram inovadoras, pois, para ele, a educação era fundamental para fortalecer um acordo social, pois ela consiste numa socialização do cidadão, desde cedo, e o ser humano contrai hábitos que são ensinados de geração a geração. As pessoas aprendem modos de falar e sentir, valores religiosos e culturais, com os participantes daqueles ambientes os quais integram, inicialmente em família, na vizinhança e na igreja e, posteriormente, através da escola e do trabalho. Pode-se desenvolver o indivíduo através de aprendizagens adquiridas nesse convívio, pois, para ele, a educação deverá ter origem na sociedade. Durkheim (2010, p. 106) diz, ainda, que “quanto melhor conhecemos a sociedade,

melhor poderemos compreender tudo o que se passa nesse microcosmo social que é a escola”. E ainda:

De fato, como a vida escolar não passa do germe da vida social, e como esta não passa de consequência e desenvolvimento daquela, é impossível que os principais processos utilizados no funcionamento de uma não se encontre na outra. (DURKHEIM, 2010, p. 106)

Para o referido sociólogo, mesmo que voluntariamente tenha que se submeter às exigências sociais, o indivíduo o faz pensando nos benefícios que terá, não como uma obrigação, mas numa crença de que só através da sociedade haverá a sua humanização. Afirma que o desejo individual não deverá vir antes da responsabilidade social, e, ao se desejar primeiramente a melhoria social, ele poderá melhorar a si mesmo, mediante as atitudes consideradas adequadas. Assim, será possível ser inserido no social ciente da condição de que irá se adequar às regras que lhe forem impostas.

É necessário frisar que, para Durkheim (2010, p.55), “[...] para ser sensível, como convém, às punições e às recompensas, é preciso já ter consciência de sua dignidade e, por conseguinte, de seu dever.” Contudo, apesar de associar a melhoria do indivíduo através da educação e desta através do social, defende que a violência jamais deverá ser utilizada, principalmente aos que ainda estão em processo de desenvolvimento da consciência crítica. O professor tem poder, no entanto, esse jamais deverá ser exercido para coerção ou prática da violência, deve-se utilizar a cultura da não violência. Para Durkheim (2010, p.53), “[...] não pode a educação obter grandes resultados quando atua por solavancos bruscos e intermitentes”.

O Estado deverá ter um importante papel na vida escolar do educando, “a partir do momento em que se reconhece a educação como função essencialmente social, o Estado não pode dela se desinteressar. Pelo contrário, tudo quanto toca à educação deve estar, em alguma medida, sujeito à sua ação” (DURKHEIM, 2010, p. 46). Como a educação é um fato social, pois não poderá ser desvinculada de cada sociedade, também tem um papel relevante, porque pode fornecer o conjunto de ideias, conhecimentos e valores que direcionará o trabalho educativo na escola.

Os convívios sociais são importantes para a construção do caráter do indivíduo e do seu desenvolvimento, e estão, diariamente, presentes na escola, por vezes questionados quanto ao impulso à subserviência promovida pelos grupos

docentes e interesses dominantes. Esses interesses, na análise dos comportamentos, como também nas condutas dos seres humanos na sociedade, foram foco de estudo de filósofos, psicólogos e sociólogos, dentre eles o sociólogo alemão Max Weber.

Para Weber (1991), quando alguém pratica uma ação na sociedade, não será considerado indiferente ao contexto geral, pois passará a ser atuante no meio e irá colaborar com suas mudanças. Ele utilizou o termo “ação social” para representar essa forma de transformação social. Nesse sentido, Weber (1991, p. 3) diz que essa ação social “significa uma ação que quanto ao sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso”. Já para Émile Durkheim (2005), os indivíduos são resultados de convicções e princípios que serão acrescidos aos seus conceitos individuais, sendo resultantes deste meio. Para o autor, a escola deve agregar “todas as crenças e todos os modos de condutas estabelecidas pela coletividade” (2005, p. 26).

De acordo com o que foi apresentado sobre a educação e sua essencialidade para a sociedade, podemos enfatizar que a sua importância vai além do direito de acesso aos estudos, mas assegura qualidade. Devido à insegurança escolar, a qualidade pode ser prejudicada, necessitando de uma implementação de políticas públicas educacionais que garantam uma boa formação do cidadão em um ambiente pacífico, harmônico e saudável para alunos e professores. Veremos no próximo item algumas considerações sobre a educação no contexto social.

2.3 A EDUCAÇÃO E O CONTEXTO SOCIAL

No cenário escolar atual, a problemática educacional é influenciada por diversos fatores: recursos financeiros insuficientes, gestão e corpo docente com desqualificação, má utilização da verba pública, casos de repetência e evasão, matriz curricular e conteúdos que não priorizam a formação do indivíduo, profissionais insatisfeitos – com seus salários, as condições de trabalho e a falta de incentivo à qualificação. Associado a esse quadro, acrescenta-se a pobreza dos alunos, problemas de saúde, as violências dentro da escola, a distância entre a escola e a sociedade, a falta de participação dos pais, a pouca perspectiva de um futuro melhor por meio da escolarização e o desinteresse dos alunos pelo conteúdo escolar, que não se articula com o seu contexto.

A educação pública encontra-se num quadro preocupante no que concerne à sua qualidade, e todos esses problemas aqui citados contribuem para um descaso aos profissionais que nela atuam. Tais fatores apontam para a necessidade de políticas públicas voltadas para a escola, para o combate à violência nas escolas, para as vítimas dessa violência descabida. Afinal, nas escolas, existem diversos problemas, e dentre eles temos a questão da violência escolar, que envergonha, machuca e oprime o professor, causando, dentre os outros problemas educacionais, um tipo de evasão escolar: a deserção de professores.

Segundo Lina Moscoso (2011), em sua reportagem “Violência e baixos salários afastam professores novatos”², a violência nas escolas é um dos motivos de desistência do professor recém-contratado. Ainda, diz que já se foi o tempo em que a profissão de professor era valorizada; quem ocupava essa função a fazia por devoção ao conhecimento, pelo prazer em ensinar e para contribuir com a formação intelectual e profissional da sociedade. Atualmente, os jovens perderam o interesse em seguir a profissão, os poucos que abraçam a causa o fazem por algumas ideologias, e alguns veteranos permanecem nela por acharem que não há muitas opções para seguirem. Consta na reportagem que, de acordo com informações do Sindicato de professores e Servidores do Estado do Ceará (APEOC), dos 4 mil aprovados no concurso da rede estadual de ensino de 2009, 20% desistiram, ou seja, são 800 professores que se evadiram das escolas, muitos nem chegaram a tomar posse, outros pediram seu adiamento. O juiz aposentado Inocêncio Uchoa (2011), entrevistado pela repórter, afirma que “A escola deve zelar pela segurança não só do professor, mas de todos os seus funcionários e alunos. O professor não pode ser moralmente constrangido na sua honra, muito menos na sua segurança física.”.

No dia 23 de setembro de 2013, num jornal de Minas Gerais, encontra-se a seguinte manchete: “Cinco professores se demitem por dia das escolas estaduais”³, que alerta que 1.283 desistiram de seguir a carreira só no primeiro semestre de 2013. Nessa reportagem, consta que, dentre os motivos dessa saída diária de professores, está o desrespeito ao professor. Há inclusive um depoimento da professora de matemática Hortênsia Virginia Américo, que se exonerou de dois cargos efetivos que tinha nas redes estadual e municipal de ensino para atuar como

² Informações do jornal *Diário do Nordeste* (MOSCOSO, 2011).

³ Informações do jornal *O Tempo* (CÂMARA, 2013).

técnica em eletrônica na Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig). “Eu me decepcionei muito. As salas de aula são lotadas, há muito desrespeito com o professor, e o salário não compensa o sacrifício”.

Não convém ficar indiferente diante desse atual cenário da educação. O ser social está envolvido em todos os problemas que compõem sua sociedade e com o mundo que o rodeia, e deverá produzir um saber e um agir em prol de sua transformação que permita atuar sobre essa realidade. Congruente com essa afirmativa, Moscovici (2003, p. 32) relata: “eu simplesmente percebo que, no que se refere à realidade, as representações sociais são tudo que temos, aquilo que nossos sistemas perceptivos, como cognitivos estão ajustados.” Logo, não se pode ser indiferente ao que se percebe.

A psicóloga Maria de Fátima Pereira (2010), no Jornal do CRP-RJ, aponta para a desinformação da população, afirmando categoricamente que é necessário ter o conhecimento de nossos direitos e do desenvolvimento da educação e, a partir disso, reivindicar melhorias e, principalmente, acompanhar de perto as práticas das políticas voltadas à educação. Pondera que o Estado pode até cumprir o seu papel, mas às vezes não com muita eficiência, e que é preciso ensejar um retorno aos interessados e conclamar a participação de todos na solicitação de políticas ao Estado, com o controle da sociedade. Uma forma de cobrar a sua efetivação, afinal, “é com o controle social que as políticas públicas vão se implementar com mais velocidade” (CRP-RJ, 2010, p. 6).

A psicóloga Silvia Giugliani (2010) acrescenta que é fundamental haver um maior esclarecimento de todos e, por conseguinte, a participação da sociedade na elaboração das políticas educacionais, enquanto que, ao se fazer silêncio, se escolhe a omissão e, ao se omitir, se escolhe um lado. É preciso o apoio da sociedade, pois

Somos parte das políticas públicas; elas serem mais ou menos efetivas tem a ver com que lugar nós ocupamos. Deixar muito espaço em aberto, deixar de se posicionar, deixar de pensar o quanto elas são ineficientes são opções nossas – o silêncio e a omissão são posições. Políticas públicas pressupõem capacidade de impacto na construção da cidadania. Cada passo, cada gesto, cada ato, cada posição pode significar um avanço. (GIUGLIANI, 2010, p. 4)

Quanto à participação de todos nas transformações sociais, e inclusive na educação, Giugliani acrescenta:

Não se fala em políticas públicas de forma isolada, mas de forma articulada, intersetorial. As políticas públicas nos devolvem um exercício de diálogo com gestões, com colegas, com equipes, para, intersetorialmente, construir um conhecimento e contribuir na formulação de práticas inclusivas e geradoras de cidadania. (GIUGLIANI, 2010, p. 6)

A escola é uma instituição complexa e, por isso mesmo, rica de informações, contradições, ambiguidades e repleta de amplos valores sociais, sendo, então, centro dos interesses da sociedade e, inclusive, alvo de olhares de diversos segmentos sociais. Sempre que se fala em mudanças de condutas sociais, de acréscimos de novos valores ou mesmo de inserção de novos hábitos, a atuação da escola interfere nesses fins. Por isso, a participação social, em especial do corpo docente, será adequada para auxiliar a escola na execução dos planos para potencializar a educação, através de ações que possibilitem a aplicação de projetos para combater seus problemas.

No artigo “O Direito à Educação e suas Perspectivas de Efetividade”, Emerson Garcia (2004, p. 32) evidencia o direito à educação como fundamental e critica sua qualidade ao escrever que “a paulatina contemplação do direito à educação no cenário mundial e pátrio, com a conseqüente busca da sedimentação de sua universalidade, permitiu a integração da educação fundamental ao denominado mínimo existencial”. Para Garcia (2004), a educação é vista como parte essencial dos direitos sociais, sua imutabilidade é considerada até pelo Poder Constituinte Reformador – por ser uma cláusula pétrea, mas os moldes como se desenvolve esse serviço devem ser questionados. A educação de qualidade está entre os direitos fundamentais do sujeito, é indispensável à formação da personalidade humana e da cidadania, sendo o ideal meio para a elaboração de um país mais democrático que a sociedade necessita e merece ter.

Se a educação está entre os direitos fundamentais, sendo, pois, protegida pelas políticas públicas e amparada pela sociedade, a escola necessita, então, de tomada de atitudes direcionadas para a resolução de inúmeros e recorrentes problemas aos quais ela é demandada, dentre eles a violência intraescolar. Cumpre lembrar que a escola é uma categoria construída socialmente e será sempre estudada, por compor um espaço importante na formação do cidadão, como também pela sua essencial tarefa de formação intelectual dos indivíduos. Diante dessas ideias e comungando com Silva (2010):

Para que haja um amadurecimento adequado, os jovens necessitam que profundas transformações ocorram no ambiente escolar e familiar. Essas mudanças devem redefinir papéis, funções e expectativas de todas as partes envolvidas no contexto educacional. (SILVA, 2010, p. 63)

Conclui-se que são excludentes quaisquer atitudes que possam desvincular a educação da formação intelectual e cidadã, pois é nesse espaço que se faz a construção de parâmetros que norteiam os jovens ao convívio social. Com efeito, a violência na escola é excludente e nociva aos objetivos educacionais. No entanto, como assevera Jorge Wertheim (2003, p. 18), “a escola como um espelho, reflete a sociedade. Porém, não sendo um objeto passivo, tem a capacidade de percorrer o caminho inverso e construir uma cultura de paz.” Ou seja, apesar de refletir a violência instaurada no contexto social, a escola deve ser capaz de combater tal prática prejudicial à educação e investir no convívio social harmônico e salutar.

Nessa perspectiva, sendo a educação parte integrante na vida dos jovens, é preciso atenção do governo quanto às políticas públicas educacionais, por conseguinte, àquelas direcionadas à juventude nos ambientes educacionais formais. Os jovens, convivendo num ambiente hostil, poderão se aventurar a entrar “num submundo” de naturalização da violência. E devido à violência, em suas expressões mais agressivas, os jovens ou os educadores poderão ficar prejudicados no usufruto de seus direitos profissionais e educacionais. Na sequência, será ampliada essa discussão da violência na juventude, com ênfase no poder nas relações sociais.

2.4 A JUVENTUDE E O PODER NAS RELAÇÕES SOCIAIS

Nessa nova geração, os jovens estão se acostumando a fazerem o que querem, pois os responsáveis não se mostram contingentes (GUILLÉN, NASCIMENTO, 2010), e, quando não conseguem sua vontade de poder, agem com tirania. Por outro lado, os pais não sabem como agir ou preferem ceder e tolerar essas posturas autoritárias, por temerem traumatizá-los, por estarem distantes dos seus filhos ou por escolherem uma educação menos rigorosa, diferente daquela que receberam de seus pais (SILVA, 2010).

Importa esclarecer que:

Não se postula aqui um modelo de família ideal, nem tampouco se acredita que essa categoria é a única determinante no comportamento dos jovens, mas a rede social como um todo tem “um importante papel na compreensão, prevenção e tratamento de jovens delinquentes, e não é de hoje que se considera a importância da família neste comportamento.” (BRANCO, WAGNER, DEMARCHI, 2008). Princípios, valores, crenças e costumes transmitidos pelo convívio social são relevantes na assimilação e internalização de conhecimentos e aprendizagens, e, como a família é o primeiro núcleo de contato, seus ensinamentos, intencionais ou não, possuem significado ímpar na vida dos filhos. (FIALHO, 2012, p. 269)

Alguns pais, em tom zombeteiro, chamam esse período de “aborrecência”, entretanto é necessário compreender as transformações mentais que esses jovens passam e que nem sempre conseguem suportar sozinhos. É bom lembrar que todos nós já passamos por isso e que precisamos orientá-los para saberem lidar com isso e para que tenham uma formação adequada, para que diminuam as chances de cometerem atos egoístas, impulsivos e até delinquentes. Os pais não devem ser permissivos quanto a essas ações inconsequentes, deverão estar atentos àqueles jovens mais violentos e observar seus comportamentos na escola, antes que esses comportamentos, inicialmente inocentes, evoluam para quadros mais graves (SILVA, 2010).

Ainda na compreensão de Silva (2010), essas transformações que ocorrem no cérebro dos jovens são por ela chamadas de “tsunami existencial”, veja a seguir o seu conceito:

O cérebro, o nosso comandante maior, passa por uma profunda reformulação, pela qual é lapidado e amadurecido. Este processo ocasiona as repentinas mudanças de humor dos adolescentes, os infindáveis questionamentos sobre regras e limites, os sentimentos de insegurança e insatisfação constantes, as distorções da autoimagem, a necessidade de pertencer a algum grupo, a sede insaciável de novidades a irresponsabilidade e a inconsequência. (SILVA, 2010, p. 134)

O trabalho de educação direcionado para os jovens deve mobilizar diversos meios didáticos dedicados à sua formação, inserindo no seu contexto social valores éticos e morais de forma que os jovens, de maneira natural, introjetam princípios que vão nortear condutas sociais. Tais ações devem possibilitar mudanças, já que a sociedade é dinâmica, e ser capazes de melhorar o convívio e, consecutivamente, as relações intrapessoais e interpessoais, geradoras de comportamentos éticos e isentos de violência. Maturana evidencia que

O educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais

congruente com o do outro no espaço de convivência. O educar ocorre, portanto, todo o tempo e de maneira recíproca. Ocorre como uma transformação estrutural contingente com uma história no conviver, e o resultado disso é que as pessoas aprendem a viver de uma maneira que se configura de acordo com o conviver da comunidade em que vivem. (MATURANA, 1998, p. 29)

Apesar de, historicamente, a violência ter sido essencial para a preservação do ser humano quando utilizada como mecanismo de defesa, não deverá ser usada como forma de solução de impasses. Se condicionarem os indivíduos ao uso da violência como a forma ideal para a aplicação da justiça, a obtenção de bens, de sucesso, de poder, será retomada a utilização do ultrapassado Código de Hamurabi, que se baseava na Lei de Talião, que usava o lema “Olho por olho e dente por dente”.

Os jovens anseiam o controle da própria vida e querem a realização das suas vontades, por vezes se utilizam do caminho da violência para o alcance de seus objetivos. Emerge a disputa do poder com maior ênfase, como “[...] a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária, até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação” (WEBER, 2002, p. 211). A violência é utilizada como recurso de intimidação, seja entre os grupos juvenis, para demonstração de domínio, entre os colegas, para acentuar as suas qualidades, tendo como desejo a inferiorização do outro, ou entre professor e aluno, pela subjugação deste através da autoridade e da sua manipulação do conhecimento (KOEHLER, 2006).

No tocante ao poder, para alguns, isso pode ser negativo quando se olha pela moldura da “vítima”, mas, para outros pensadores, o poder é essencial para a preservação da vida, é o que possibilita a valorização de sua história, ou seja, essa vontade de poder é uma força positiva do indivíduo, uma energia vital que o estimula a ultrapassar os limites e vencer os obstáculos, uma provação pela qual todos precisam passar para ressurgir mais fortes (NIETZSCHE, 2008).

Nietzsche (2008, p. 513) infere que “Este mundo é vontade de poder – e nada além disso! E também vós mesmos sois essa vontade de poder – e nada além disso! ”. Enfatiza que, nesse jogo de ganhar e perder, os partícipes são propícios à defesa de seus desejos de superação, e cada vez mais querem a superiorização de suas qualidades, a valorização de seu ser, simplesmente porque só desejam o poder. Nietzsche (2008, p. 354), inclusive, escreve: “o que o homem quer, o que cada mínimo pedaço de um organismo vivo quer é mais poder”, para ensejar a

necessidade de o homem buscar o poder para fazer valer suas vontades.

Pode-se compreender o conceito de vontade de poder e suas necessárias oposições num fragmento póstumo:

Se a essência [Wesen] mais íntima do ser [Seins] é vontade de poder, se prazer é todo crescimento de poder, e desprazer todo sentimento de não resistir e de não se tornar senhor: não podemos então postular prazer e desprazer como fatos cardeais? Vontade é possível sem ambas essas oscilações do sim e do não? Mas quem sente prazer?... Quem quer poder?... Pergunta absurda: se a essência mesma é vontade de poder e, conseqüentemente, sentir prazer e desprazer. Apesar disso: são necessárias as oposições, as resistências e, portanto, relativamente, as unidades que se apropriam de poder... (NIETZSCHE, 2008, p. 351)

Nesse conceito nietzschiano, há questionamentos sobre a real vontade de poder, pois, se ele desencadeia uma oscilação de sentimentos, nele também poderá conter a resposta para a vã busca de autoconhecimento, e nessa pluralidade de pensamentos encontra-se o prazer e o desprazer, que se confrontam numa relação de forças até que se possa concluir que o poder surgiu desse jogo: de um lado a força, e do outro a resistência.

Na relação de poder das convivências sociais, que ora é gerada por vários conflitos em virtude de um desejo de posse e controle da situação, ora provinda de uma ilusória concepção que o outro deverá se submeter às suas ideias, há o uso de estratégias para se firmar no meio em que se vive. Nessa ação dominante, utiliza-se a hierarquização, o conhecimento, o medo, a vigilância, a disciplina e a violência para impor “a vitória” e adquirir um suposto respeito. E, nessa vontade de mandar, há a vontade de poder, que consiste em querer que tudo se curve ao seu desejo, como explicita Nietzsche (1999, p. 70) ao comentar Zaratustra: “quando vos elevais acima do louvor e da censura, e quando a vossa vontade, como vontade de um homem que ama e quer mandar em todas as coisas, então assistis à origem da vossa virtude.”.

Arendt (2014) destaca o contraste entre poder e violência, pois, para ela, o poder e a violência são refutáveis, são opostos, pois não aparecem juntos numa mesma situação. Segundo a filósofa, “a violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder”. A violência só aparece quando o poder é ameaçado, não sendo, então, originalmente capaz de

criar o poder, como sintetiza:

Para resumir: politicamente falando, é insuficiente dizer que poder e violência não são o mesmo. Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, conduz à desaparecimento do poder. (ARENDR, 2014, p. 73)

Arendt (2014, p. 88) ainda fortalece a reflexão ao questionar: “Não é prerrogativa dos jovens a ação violenta – daqueles que, presumivelmente, estão cheios de vida?”. Como resposta a essa problemática, pode-se ensejar que a violência poderá ser ontológica à juventude, que os jovens serão agressivos ao perceberem que o poder ruiu e usarão da violência para se destacar, e, assim, a delinquência infanto-juvenil será justificada quando tem como ponto de partida a apatia de pais e/ou a omissão social.

A violência em que nossos jovens estão envoltos na sociedade, e principalmente na escola, não poderá ser distanciada da violência percebida no meio familiar e no social, tão pouco naturalizada e concebida como inevitável. As crianças e os adolescentes socializam-se desde muito cedo, exercitam as suas relações interpessoais, e os processos escolares de socialização não podem permitir o aflorar da violência. Como Freire (1995, p. 79) sabiamente nos ensina “Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tomamos parte”.

E então, acrescenta-se ao montante de desajustes a pressão familiar e social que oprime os jovens com cobranças de 'sucesso' na escola, fazendo-os acreditar que ter dinheiro, sucesso profissional e financeiro é o objetivo maior. O controle que se faz das atitudes dos alunos, descontextualizado dos outros ambientes e da realidade social, não surte efeito, pois não se pode esperar que os jovens agissem como seres domesticados sem problematizar sua realidade de vida. Foucault (2009, p. 164) acrescenta: “o poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior 'adestrar', ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor.”.

Nos dias atuais, há uma predominância do individualismo, de pouco interesse pelos outros, como assevera Bauman (2007) ao explicitar que o consumismo exacerbado, o desejo de ascensão e valorização social está levando ao extremo a valorização do “eu pessoal”, um problema de identidade que faz buscar o prazer a qualquer custo. Bauman (2013, p. 52) acrescenta que “as instituições

empresariais buscam imergir os jovens num mundo de consumo em massa, de maneiras mais amplas e diretas que qualquer coisa que possamos ter visto no passado”. Observa-se uma procura de respostas para angústias geradas pela solidão decorrente desse egocentrismo acrescido da necessidade de consumo midiaticamente produzida. E os jovens, imersos nesse contexto, ampliam os jogos de forças na tentativa de se adequar a esses hábitos 'modernos'.

Num mundo assim, não restam muitos fundamentos sobre os quais os indivíduos em luta possam construir suas esperanças de resgate e a que possam recorrer em fracasso pessoal. Os vínculos humanos são confortavelmente frouxos, mas, por isso mesmo, terrivelmente precários, e é tão difícil praticar a solidariedade quanto compreender seus benefícios, e mais ainda suas virtudes morais. (BAUMAN, 2007, p. 30)

Porém, quando se consegue compreender os nossos sentimentos e os dos outros, o individualismo é reduzido, e as relações sociais passam a ser de respeito. A utilização da inteligência social nos ambientes coletivos ocupados diariamente pode ser fomentada também pela escola, o que minimiza práticas violentas. Pode-se utilizar uma didática inovadora para exercitar as habilidades atrofiadas de convivência e para a construção de relacionamentos saudáveis, que promovam uma sociedade consciente dos valores que a compõem. Nesse mesmo pensamento, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) apontam como sugestão que

- [...] a educação escolar deve possibilitar que os alunos sejam capazes de:
- 1) Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
 - 2) Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas. (PCN, p. 1)

De acordo com os PCN, há uma orientação de que se faça um trabalho com e para a ética e que se fomente o reconhecimento de que as atitudes das pessoas precisam ser pautadas por princípios de respeito, justiça, solidariedade e diálogo. Esta expressão na ação cotidiana da escola, através de projetos, dinâmicas em grupos, atividades individuais e coletivas, nas salas ou nos ambientes de convivência da escola, com palestras e atividades que conscientizem sobre a prevenção e o controle da violência. Ao se trabalhar conteúdos curriculares e extracurriculares, podem-se discutir o respeito às diferenças - sejam de classes, de religião ou de gênero etc. – e a necessidade da sociabilidade e do outro. Os alunos perceberão que os valores e as regras decorrentes são coerentes com seus projetos

de vida e poderão integrá-los às suas condutas.

O professor e os adultos que convivem com o aluno na escola precisam estar atentos, especialmente para os aspectos que envolvem as relações interpessoais no interior do processo ensino e aprendizagem. A desatenção, o *bullying* (ato violento praticado com o intuito de ofender e humilhar), a injúria, a animosidade, o distanciamento, a omissão, a dominação, a maldade, tudo isso contribui para a formação de atitudes desejáveis ou não e, dependendo do contexto, só será permissivo, e unicamente aceito, quando for aplicado em situação de defesa e autoproteção. O filósofo Nietzsche (2005) reflete sobre o porquê da maldade na relação humana:

A maldade não tem como finalidade o sofrimento do outro em si, mas o nosso próprio gozo, por exemplo, como sentimento de vingança ou como excitação nervosa mais intensa. Qualquer brincadeira já mostra como dá prazer manifestar o nosso poder sobre outrem e levar a coisa até a um jocoso sentimento de preponderância. (NIETZSCHE, 2005, p. 102)

O aluno, ao longo da sua vivência na escola, desenvolve uma série de ideias sobre o papel dos professores, às vezes até se posicionando negativamente e, em outros casos positivamente, variando de acordo com as respostas que recebe nas diversas situações e a maneira como as internaliza. Muitos jovens não se veem valorizados no convívio com os educadores ou não desenvolvem o respeito e a admiração, e se distanciam desses adultos.

As relações em grupo existem entre os seres humanos, e em geral as pessoas necessitam desse agrupamento, principalmente os jovens, que cultuam suas tribos e valorizam as opiniões dos outros, e, para se sentirem aceitos no social, podem chegar a ter atitudes diferentes daquelas ensinadas pelos pais ou repassadas por seus educadores. Seguindo esse raciocínio, cabe salientar Groppo ao lecionar que:

Os pequenos conflitos com adultos, pequenos distúrbios psíquicos etc. seriam parte integrante do processo de construção da identidade e da individualidade na adolescência. O “processo de individuação”, realizado durante a juventude, não é totalmente tranquilo, pode e deve envolver problemas emocionais, conflitos com os pais, com os valores sociais etc. Tudo isso é necessário e saudável, desde que em doses corretas e de modo a permitir que ao final, o indivíduo encontre sua identidade própria e ajuste-se ao grupo social a que pertence. (GROPPO, 2000, p. 63)

Pode-se perceber que os grupos juvenis são formados com o intuito de se

fortalecerem perante a sociedade, o que cabe afirmar que:

Desde o início, no século XIX, os indivíduos jovens de alguma forma já expressavam pontos de vista que nunca foram totalmente determinados pelas instituições oficiais, bem como formavam grupos que se rebelaram contra alguns ou todos os aspectos da sociedade capitalista industrial, burocrática e disciplinar que reclamava o ajuste funcional desses jovens. (GROPPO, 2000, p. 77)

Quando as divergências de gerações não são bem trabalhadas, podem gerar conflitos e sentimentos de hostilidade, pois esses jovens, que não mais aceitam a sua manipulação pelos adultos, podem entrar num estado de rebeldia e se apresentam com desejos contraditórios e conflituosos. Ora querem a maturidade, ora querem apenas a liberdade, mas isso deve ocorrer sem grandes responsabilidades, como afirma o autor (2000, p. 211) ao refletir que “a negação da maturidade é um congelamento subversivo do tempo e da própria finalidade social da juventude.”.

Alguns jovens preferem a sua inserção nos grupos juvenis existentes ao seu redor a ter seus professores como parâmetros. Já os professores, por vezes, incutem a ideia de que a violência existe num só lado, devido a os jovens serem mais impetuosos e imaturos, e de que esses não compreendem a sua opinião. Ao jovem, é dada a concepção de exacerbado. E, nesse sentido, Groppo (2000, p. 8) diz que o conceito de juventude deve estar associado a questões mais amplas, observando a sua história e suas implicações: “a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes atribuídos.”.

Nesse conflito de gerações, com cada um defendendo a sua visão, embrutecidos por suas convicções, não se permitirá que alguém “invada” seus espaços ou questione suas “verdades”. Recrutando essas ideias de quem é realmente o dono do saber, e desmitificando a crença de quem é o absoluto senhor da verdade, Freire (1996, p. 69) aponta que “ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa.” Destarte, é necessário muito diálogo e respeito para minimizar a violência.

Nessa convivência, encontra-se, muitas vezes, um professor engessado, embrutecido pelas cobranças externas e envolvido pelas múltiplas funções que precisa exercer, o que fomenta o exercício do poder e, através da sua autoridade,

instiga inconscientemente a violência. Em outros casos, são os alunos que estão embrutecidos pela naturalização da violência nesse mundo escolar. O que se deveria ressaltar é o diálogo como meio para solucionar conflitos. Não deve haver um sujeito predominante e dono do saber, e nem um sujeito passivo; na mediação pedagógica, não deve haver espaço para um professor assustado com ameaças de um indivíduo tirano, ou um aluno oprimido pelo autoritarismo exacerbado, mas uma rede de relacionamentos entre sujeitos articulando respeito entre si, pois “sem a aceitação do outro na convivência, não há fenômeno social” (MATURANA, 1998, p. 24).

O poder não é algo que um ou outro tem, é uma relação na qual se concede algo a alguém através da obediência, e a obediência se constitui quando alguém faz algo que não quer fazer cumprindo uma ordem. O que obedece nega a si mesmo porque, para evitar ou obter algo, faz o que não quer a pedido do outro. O que obedece age com raiva, e na raiva nega o outro porque o rejeita e não o aceita como um legítimo outro na convivência. (MATURANA, 1998, p. 70)

De acordo com Maturana (1998), a vida vai se construindo e se refazendo, nessa tênue rede de relacionamentos que enseja jogos de poder. A escola, inserida nesse contexto macro, não está alheia a essa realidade, no entanto, quando tais forças de poder ensejam a violência num espaço de objetivo educativo, torna-se preocupante. O tópico a seguir versa, mais especificamente, sobre o intrigante jogo de poder no relacionamento entre professor e aluno.

2.5 AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE PROFESSOR E ALUNOS EM FOUCAULT

Sabe-se que a escola é um lugar que crianças, jovens e também adultos utilizam para aprender o conhecimento historicamente produzido pela sociedade, em que se propicia questionar sobre vários aspectos na constante elaboração de conhecimentos, que podem, ou não, levá-los ao entendimento acerca do mundo que os cerca e da necessidade de se conviver em harmonia. Porém, o que se vem presenciando é uma complexa e constante relação de poder, voltada para a dominação e o controle dos indivíduos pela disciplina – mais enfaticamente através do professor e/ou da instituição. Em resposta, emerge a indisciplina por parte do aluno. Foucault (2009, p. 126), há décadas, já enfatizava que “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.” E ressaltava que as instituições, como a escola, fomentavam esses

comportamentos de submissão à outra vontade de poder.

Como o foco desta pesquisa é analisar essa relação de poder, quando ela se torna uma violência psicológica e física, praticada pelos jovens contra os professores, cabe emergir nessa discussão. Afinal, em pleno século XXI, essa relação de poder entre professores e alunos ainda persiste, mas agora com a descentralização da figura do professor e dando uma maior ênfase ao aluno, pois a dinâmica do trabalho escolar vem se alterando paulatinamente. Nas atuais relações entre professor e aluno, o professor não é mais concebido como o único detentor do conhecimento e o todo poderoso, logo, os papéis poderão ser invertidos nos jogos de poder, pois, em uma dada situação, um comanda, e em outra ele será submetido, sem mocinhos ou vilões.

Com o reconhecimento da valorização da categoria juventude (FIALHO, 2015), os diversos direitos foram reafirmados, ensejando “poderes” para que houvesse questionamentos às regras instituídas; os limites atribuídos aos jovens, no entanto, parecem ter ficado mais turvos.

Há muitas concepções tecidas por teóricos e pesquisadores sobre os jovens, e, diante desse interesse em estudar esse período da vida humana, pode-se perceber que não era mais adequado utilizar a expressão “adolescência”, pois essa categoria generaliza e homogeneiza um público plural e diverso. Ao agregar prioritariamente características etárias e fatores correspondentes ao desenvolvimento biológico, fica suprimida a heterogeneidade da categoria juvenil (FIALHO, 2015). Ao se utilizar a categoria juventude, deram-se novas dimensões a esse período de vida, considerando aspectos sociais, históricos, econômicos, políticos, psicológicos e biológicos. Assim, as juventudes são consideradas como múltiplas, com suas particularidades, sendo compreendidas e respeitadas em seus diversos contextos. E a sua formação pode variar de acordo com a época, segundo as condições sociais, políticas e culturais em que estiverem inseridos. (FIALHO, 2015).

Logo, faz-se oportuno compreender o que Groppo entende por juventude:

[...] acredito ter encontrado uma concepção muito influente. A juventude como “estágio em que o indivíduo cria a sua identidade” faz parte de uma série de saberes empíricos e ciências, que nos levam ao moderno conflito entre o papel social oficialmente outorgado à juventude e os comportamentos juvenis desviantes. (GROPPO, 2000, p. 69)

Desde o surgimento da sociedade moderna, os grupos de jovens são formados por indivíduos com características próprias, consideradas digressivas, e alguns se apresentaram de maneira informal, mas estarão sempre rodeados de códigos e normas, diversas vezes pesquisados por acadêmicos, por sociólogos e por psicólogos, por vezes até mal-entendidos, vão crescendo e se multiplicando em número no Brasil e mudando hábitos, costumes e práticas sociais. (GROPPO, 2000)

O rigor para com os jovens na atualidade não contém mais o vigor juvenil. A escola, como parte da sociedade, vivencia e reflete a relação do poder, pois, segundo Foucault (2003), o poder não está concentrado em um determinado segmento da sociedade, todos estão envolvidos nesse emaranhado contexto social, sem exceções, e isso também ocorre no ambiente escolar; não há como apontar apenas as vítimas, todos são culpados, pois todos são praticantes de atos de poder. Assim como os alunos precisam ser vigiados e controlados, há também um interesse da sociedade e/ou família, do Estado e da instituição escolar em manipular os professores, através da imposição da hierarquia, da fiscalização dos planejamentos individuais (PI), do controle das suas ideologias, das práticas pedagógicas que devem ser “adequadas” para determinada série, dentre outros.

O poder disciplinar é empregado, por vezes, como repressão, se constituindo, ainda, uma das características da sociedade moderna, que tem a função de fazer um controle minucioso sobre aqueles que estão na sua mira, adestrando-o e se apropriando do que for essencial (FOUCAULT, 2003). Isso pode ser observado no contexto escolar, pois, ao se utilizar de meios de controle por meio das frequências, de anotações na agenda escolar, das avaliações, dos livros de registro de classe, dentre outros aportes, os professores e gestores terão em suas mãos recursos para, posteriormente, e pouco a pouco, elaborar mecanismos de controle, lapidando os jovens. Ainda que munidos de tantos mecanismos de controle, comumente se vê um receio dos professores na organização da “bagunça na sala”, quando se silenciam diante das brigas e dos xingamentos, ficando intimidados e emudecidos. E mesmo que ainda não ocorra a violência física, fica um medo velado. Na ótica foucaultiana, as relações de poder se manifestam de diversas formas:

Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não

podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. (FOUCAULT, 2003, p. 179)

Na escola, existe um regimento interno e algumas regras que determinam o convívio social e as condutas individuais ou grupais, bem como em todo o contexto social no qual a escola está inserida. Importa que essas regras de ética e cidadania sejam elaboradas coletivamente e democraticamente na escola. Posteriormente, ferir tais regras poderá acarretar desorganização e tensões nas convivências. Não se deseja estudantes mecanizados com meras repetições de regras pré-estabelecidas, inquestionáveis, mas sim pessoas que participem de suas elaborações, conheçam as normas e as respeitem. De comum acordo, acreditem que elas sejam ideais para um convívio de respeito e de crescimento pessoal. E sobre isso Foucault adverte:

A disciplina “fabrica” indivíduos, ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado. (FOUCAULT, 2009, p. 164)

Em consonância com a citação, enfatiza-se a necessidade de regras, mas que essas sejam elaboradas democraticamente, com o objetivo de zelar pela qualidade do convívio social, e não para fabricar indivíduos apáticos, alienados ou omissos.

Nesse viés, o acesso à escola é um direito das crianças e dos jovens em todo o território nacional, como também é um dever do Estado e da família, e a sua obrigatoriedade consta na Constituição Brasileira, sendo, inclusive, o seu direito regulado nesta Lei Maior. Os controles desenvolvidos nas escolas não podem ser semelhantes às prisões – ambientes em que se priva o outro do direito da liberdade –, pois, na educação, a escola deve promover a liberdade, inclusive de realizar escolhas, sem mecanismo de coerção impedindo o sujeito de agir livremente e submetendo-se a um sistema de regras impostas sem qualquer tipo de negociação ou diálogo.

Entende-se, aqui, por coerção educacional aquela que dificulta o outro de manifestar as suas vontades, que já traz uma fórmula própria de educação sem

considerar os anseios dos alunos. Coíbem os alunos de diversas maneiras, nega-se a capacidade crítica de outrem, quando se premia ou reprime, quando menospreza ou valoriza segundo critérios específicos. Tal como afirma Foucault:

A coerção pode ser aplicada como forma de controle, enquanto conceito pedagógico positivo por meio de elogios, prêmios e recompensas, sendo considerado mecanismo coercitivo de privilégio. Também pode ser aplicada, enquanto conceito pedagógico negativo, por meio da repressão, do constrangimento, punição e/ou retenção. Ambos os mecanismos foram usados e desenvolvidos ao longo do tempo. A escolha por um ou outro ocorreu segundo critérios de eficiência e/ou economia, mais ou menos intensa ou segundo as necessidades como critério aparente de humanidade, mudando seu objetivo e intensidade. (FOUCAULT, 2009, p. 155)

Na visão de Foucault, esses tempos pós-modernos possuem a vigilância como cúmplice, logo, é preciso vigiar para controlar, e ainda pior: “vigiar para punir” (Foucault, 2009). E, para se estabelecer essa vigilância na educação, ainda se faz uso de diversos meios, seja através do controle do tempo, com o uso de sirenes, uniformes, da carteirinha de identificação, do horário das aulas e da entrada e saída. Ainda que os mecanismos de controle tenham evoluído em termos de tecnologias, eles não se alteraram tanto no que concerne aos seus objetivos. Nos dias atuais, esses esquemas de vigilância e observação estão sendo modernizados com o uso de câmeras, das mídias digitais, das redes sociais e de aplicativos de celulares, configurando-se uma nova forma de poder e dominação, ainda que com finalidades antigas. Assim, essas situações funcionam tanto como elementos de controle e distinção social, quanto como poderosos dispositivos de subjetivação. Foucault, em consonância, define a ação da vigilância como um ato sutil e de funcionalidade:

Permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. (FOUCAULT, 2009, p. 170)

Esse controle legitimado pelo professor, a quem é dada a responsabilidade da organização do ambiente escolar e da preservação da integridade dos jovens, quando fissurado, ou seja, quando essa autoridade é por vezes questionada pelos alunos, o poder do educador vai se diluindo à medida que o aluno vai percebendo que poderá induzir o seu próprio pensamento.

Atitudes violentas, com falta de limites e de respeito ao próximo, emergem

nesse contexto. E essas atitudes indisciplinadas por parte dos alunos se agravam à medida que o professor também age com agressividade. A ausência de diálogo, a intolerância, a naturalização das agressões por vezes deflagram a violência física. Cada vez mais frequente no ambiente escolar, a violência física não acomete apenas alunos, mas já vitima os professores no exercício da docência.

No capítulo seguinte, enveredaremos na trajetória de campo, que nos levou a ir a *locus*, às escolas, em busca de informações. E, mesmo em meio à dificuldade propiciada pelo silêncio dos sujeitos agredidos abordados, foi possível localizar e dialogar com uma professora que demonstrou abertura para a pesquisa e se tornou sujeito único do estudo.

3 TRILHANDO OS SINUOSOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO: ASPECTOS METODOLÓGICOS E A CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E DE SEUS ATORES

Nesses meus quase 23 anos de magistério, lembro-me de inúmeros momentos de conflitos com meus alunos, problemas esses que faziam parte do nosso cotidiano, porque era sempre necessário fazer cobranças, solicitar bons resultados e dialogar sobre certas atitudes. Com isso, havia a necessidade de se trabalhar com os costumes nocivos para a convivência harmônica no ambiente escolar, ainda que alguns deles fossem vivenciados em casa – xingamentos, apelidos indelicados, brincadeiras com agressão física.

A educação escolar ocorre em paralelo com a educação familiar; é necessário, pois, a presença dos pais validando a ação do educador. No entanto, na minha jornada diária, ouvia, rotineiramente, em rodas de estudo ou nos intervalos das aulas, as constantes reclamações de educadores sobre a ausência dos pais na vida escolar dos seus filhos, e como os nossos alunos estavam se comportando de maneira mais agressiva a cada ano, sem respeito ao professor, aos colegas e demais partícipes da comunidade escolar. Os depoimentos diziam ainda mais: por mais que se busque diversificar as práticas de ensino, melhorar a didática com novas estratégias, o desinteresse dos alunos pelos estudos permanecia, e a indisciplina, acompanhada, por vezes, de agressões, se ampliava.

Ante esse inquietante problema, com ênfase na violência desenvolvida por alunos e na possível falta de preparo dos professores frente a essa realidade, resolvi me debruçar nas reflexões e pesquisas.

Especialmente, o depoimento de uma professora que sofreu agressão física e psicológica dentro da sala de aula motivou este estudo. No relato, ela revela que foi questionada pela aluna sobre a nota zero que lhe foi atribuída, e, diante da recusa da professora em mudar sua nota, a aluna reagiu com palavrões e, em seguida, com violência física. Tal atitude permite indagar sobre a violência que circunda no cotidiano escolar e os prejuízos provenientes dela.

A procura pelos sujeitos da pesquisa, professores agredidos que conversassem abertamente sobre esse assunto, iniciou-se logo após a elaboração do projeto. Circulamos em diversas escolas, em especial nas que já havíamos recebido informação acerca de episódios de violência contra professores, falamos

com coordenadores, diretores, alunos e professores, até mesmo com funcionários da Secretaria de Educação (SEDUC), mas ninguém se dispunha a comentar os casos de violência. Pôde-se observar que, em várias escolas, essa temática não é tratada com frequência, ao contrário, é velada, e por vezes até silenciada, talvez pela necessidade de uma boa representação social da escola e dos educadores, que enseja um docente com bom “domínio de sala” e uma instituição tranquila e harmônica. De acordo com Silva (2010), algumas providências devem ser cumpridas quando ocorrer violência contra o professor:

Infelizmente, a vitimização de professores tem se tornado uma realidade crescente no panorama educacional de nossas instituições escolares. Quando um professor sofre ameaça ou qualquer forma de maus-tratos por parte dos alunos, que coloque em risco a sua integridade física ou reputação pessoal, ele deve procurar, de forma imediata, a direção da escola. Em caso de omissão por parte da instituição, ele deverá se dirigir, por conta própria, a uma delegacia de polícia para fazer um boletim de ocorrência. (SILVA, 2010, p. 170)

O silêncio, a vergonha, o medo de se expor silenciava os agredidos e, em determinado momento, parecia que a pesquisa não poderia ser realizada. Percebemos que o assunto “violência física contra professores” nem sempre é evidenciado com detalhes às suas secretarias ou órgãos responsáveis, por receio de culpabilidade da vítima e pelo fato de o agressor ser menor de idade. A gestão também silencia devido ao receio de parecer, aos seus superiores, falta de capacidade de administração. E, assim, a frase de ordem era “na nossa escola não têm casos de violência”, mesmo que os depoimentos dos alunos e de alguns professores atestassem em contrário.

A negativa, com menção à frase supracitada, também se sucedeu até numa escola em que já tinha ocorrido um assassinato de um aluno no seu recinto; mesmo tendo o assunto sido relatado em jornais de grande circulação na cidade, evitaram detalhes sobre o gravíssimo caso, com pouco interesse em falar e, quando falavam, usavam frases evasivas. Houve a tentativa de se fazer entrevistas também em outra escola do mesmo bairro, onde um aluno agrediu o professor e o ameaçou com uma faca, mas lá informaram que não falariam, por não quererem se envolver nesse assunto, e também porque o professor não trabalhava mais na escola. Outras escolas ainda falavam de carros riscados, pneus furados, ameaças verbais, brigas entre alunos e entre alunos e professores, mas, quando se pedia os detalhes das informações, ficavam calados, desconversavam e não se mostravam abertos.

Importa salientar que, até na escola em que trabalho atualmente, há um caso de uma professora que recebeu uma “voadora⁴” na cara e, por esse motivo, tinha saído da outra escola. Tentei conversar com ela sobre a importância de divulgar a sua história, mas não consegui lhe fazer uma entrevista para incluir neste trabalho. Ao abordar a professora para nos conceder a entrevista, ela ficou nervosa e com medo, pediu muito que isso ficasse em segredo e que esse assunto não fosse mais comentado dentro da escola, pois tinha muita vergonha de que mais outros colegas soubessem desse fato. Demonstrou tamanha insegurança e receio que não permitiu ao menos que tentássemos convencê-la da necessidade de refletir sobre essas tensões, parecia ainda bastante traumatizada com o ocorrido.

Finalmente, encontramos apenas uma pessoa que se dispôs a contribuir com a pesquisa. Sendo o centro do estudo deste caso, a professora, além de ser agredida fisicamente pela aluna, quase foi ferida com uma faca. Ainda assim, a informante solicitou, no primeiro contato, que somente iria conversar sobre o assunto em sua casa, com discrição e longe do ambiente escolar.

Vale ressaltar que o sujeito da pesquisa foi, então, uma professora que ministrava aula em uma escola do Ensino Fundamental localizada no bairro Jangurussu. Na sua sala, no momento da agressão, havia alunos entre 13 e 14 anos, sob a responsabilidade do município de Fortaleza. Os nomes da professora e da escola foram preservados devido ao extremo medo que a vítima demonstrou de uma posterior represália.

Ao chegar ao local do encontro para a realização da entrevista, de imediato já gostei da professora, muito simpática e educada, nos convidando para entrar em sua casa e procurando um lugar bem tranquilo para podermos iniciar a conversa. Começamos conversando sobre assuntos do cotidiano, depois falamos sobre escola e a educação atual, e fui me sentindo mais à vontade para falar sobre a agressão; apesar da delicadeza do assunto, vi que ela estava disposta a contar tudo. No decorrer da conversa, percebia que ela se emocionava e que precisava de alguns momentos para se recompor. Foi um momento difícil.

Houve uma tentativa de localizar a aluna envolvida no caso para que também pudesse comentar sobre o fato, ainda que não fosse esse o objetivo da pesquisa, mas ela não foi localizada, devido ao silêncio proveniente dos gestores e

⁴Golpe de arte ninja em que se salta em direção ao adversário e o chuta na cabeça. (Fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/voadora/>)

também a o fato ter ocorrido há mais de três anos.

O nome da escola não será citado, mas algumas informações sobre ela serão acrescentadas a esta pesquisa. A sua estrutura física é composta de: sala de diretoria, sala de professores, cozinha, biblioteca, banheiros, estacionamento, pátio coberto, com uma área de esporte e lazer e uma pequena área verde de convivência. Não possui acessibilidade para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. A escola possui o Conselho Escolar, além do PPP - Projeto Político Pedagógico e do Regimento Interno da Escola. Possui projetos internos que buscam a melhoria na convivência interna e também de avanços na leitura, com isso objetivando melhores resultados no SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará). Conta, também, com o apoio de alguns projetos da prefeitura, como também do Governo Federal, que seria o Programa Mais Educação (Nesse programa, o Ministério da Educação repassa benefícios às escolas que são aplicados em atividades voltadas para esporte, cultura, educação de valores, ciência e programas de saúde e informática).

A escola foi inaugurada em 1994 e desde esse tempo vem atendendo aos moradores do bairro Jangurussu e das áreas adjacentes. Ela possui 20 turmas, compostas pelo Ensino Fundamental I, no turno da manhã, e pelo Fundamental II, durante a tarde, do 1º ao 9º ano do chamado ensino regular. Atualmente, com o objetivo de reduzir a violência, que era bem frequente, o turno da noite não possui mais o ensino regular, sendo ocupado com 06 salas para o funcionamento do PROJOVEM URBANO (Projeto que visa à reinserção de jovens de 18 a 29 anos na escolarização e qualificação profissional).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois busca analisar a relação do objeto de estudo com a sua realidade, seguindo os conceitos da fenomenologia, na compreensão das ideias do sujeito e como esse se expressa ao mundo; para isso, utilizam-se os fundamentos do filósofo Merleau-Ponty (2011). Foi baseada numa entrevista aberta, gravada na íntegra, na qual a professora espontaneamente pôde relatar com detalhes a sua experiência com a violência em plena sala de aula, no contexto da educação formal, no interior de uma escola pública municipal de Fortaleza-CE.

No conceito de Minayo (2009), a pesquisa qualitativa é relacionada à ideia de que os indivíduos participam do meio social e se diferenciam quanto ao modo de agir, inclusive por conseguirem pensar sobre as suas próprias atitudes, podendo

formular suas opiniões sobre os eventos ocorridos no dia a dia, seja em qualquer lugar de convívio social. Ainda de acordo com Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (MINAYO, 2009, p. 21)

Nesse pensamento, a pesquisa qualitativa não poderá ser quantificada devido à qualidade de se trabalhar com reações humanas, pensamentos e sentimentos. Embora se deseje secundarizar a pesquisa qualitativa nas abordagens desses conceitos, não há uma afirmação exata de que uma poderá ser inferior à outra, sendo esse o motivo de diversos debates de pesquisadores. Porém, só nos cabe aqui vangloriar essa pesquisa devido a este trabalho ser de cunho social, estudando os fenômenos sociais e seus significados, e, por isso, não irá se deparar com números exatos e nem estatísticas perfeitas.

Ao se enveredar com lembranças, imagens e narrativas, há uma preocupação em se trabalhar com a consciência, e, para a fenomenologia, a reflexão sobre nossas próprias concepções expõe nossa ideia de mundo. Ao indivíduo se dá o direito de vivenciar sua experiência, respeitando a sua historicidade e entendendo o seu comportamento em vista dos fatos ocorridos em sua vida, mesmo que para isso se necessite fazer uma fundamentação acerca daquela vivência exclusivamente pessoal (CAPALBO, 1996).

A escolha em realizar a pesquisa por meio fenomenológico é devido às suas particularidades, dentre elas, a busca de uma atitude de diálogo e a vontade de acolher ao outro, preservando suas opiniões e emoções, desejando se posicionar no lugar do outro, num ato de empatia, e no anseio de vislumbrar como esse sujeito vê a sua realidade e sentir através de seus sentimentos, numa percepção da sua essência vista na sua forma real (CAPALBO, 1996). Nesse sentido, persistindo nessa análise, vale citar que

Assim sendo, compreender um ato humano implica em compreender a plenitude de sua significação, em fazer aparecer a totalidade das suas conexões, das suas inter-relações, em situá-lo na TOTALIDADE da experiência. (CAPALBO, 1996, p. 39)

Essa afirmação anterior denota a questão de que a ação pessoal do ser humano não será solitária; no contexto histórico, haverá uma necessidade de

entender todo o processo dessa ação, que se dará, inicialmente, num ato particular e que nos remeterá a uma maior dimensão, seja no aspecto cultural ou social. Exemplificamos isso com o caso da professora Ana, que teve um momento aparentemente individual de agressão, porém a repercussão alcançou a mais pessoas. Haverá, pois, esse envolvimento dos que presenciaram essa ação e dos que dela tomaram conhecimento, e se dará uma reconstituição de antigas concepções, podendo, quem sabe, até se reencontrar a sua consciência nessa experiência vivida por outra pessoa. Reconhecer a emoção que o outro impinge em se solidarizar com ele. Provocar a reflexão crítica e despertar para ações práticas.

O segredo do mundo que procuramos é preciso, necessariamente, que esteja contido em meu contato com ele. De tudo o que vivo, enquanto o vivo, tenho diante de mim o sentido, sem o que não o viveria e não posso procurar nenhuma luz concernente ao mundo a não ser interrogando, explicando minha frequentação do mundo compreendendo-a de dentro. (MERLEAU-PONTY, 2014, p. 41)

Entender alguns conceitos da fenomenologia, na percepção de Merleau-Ponty, inicia-se desde o seu conceito de que o homem não será um objeto, mas um sujeito com emoções e sentimentos, com capacidade de se transformar, elencado num *Devir*⁵ do seu Ser.

Alguns filósofos se posicionaram nessa concepção: de que o há algo escondido no íntimo do ser, e que poderá se revelar através da palavra e acompanhado de emoções (CAPALBO, 1996).

Já para Sartre (2008, p. 25-26), “a tarefa de um fenomenólogo será, pois, estudar a significação da emoção”, ou seja, a emoção representa a consciência do indivíduo, é o próprio fenômeno a ser analisado, sendo através dela uma maneira de desvelar a sua própria realidade. Continuando com o posicionamento de Sartre (2008, p. 27), “é o homem que *assume* sua emoção e, por conseguinte, a emoção é uma forma organizada da existência humana”. Ou seja, na sua concepção, a emoção não surgirá de fora da realidade homem, pois é inerente à própria consciência do indivíduo.

Vejamos a citação a seguir

Não se pode compreender a emoção se não lhe buscamos uma *significação*. Essa significação é, por natureza, de ordem funcional. Somos

⁵ Definição de *Devir*: vem do verbo *devenir*, que é tornar-se ou transformar-se.

levados, pois, a falar de uma finalidade da emoção. Essa finalidade nós a captamos de uma maneira muito concreta pelo exame objetivo da conduta emocional. Não se trata de maneira alguma de uma teoria mais ou menos obscura da emoção-instinto que se fundaria sobre princípios *a priori* ou postulados. A simples consideração dos fatos nos conduz a uma intuição empírica da significação finalista da emoção. (SARTRE, 2008, p. 48)

É certo que, em nossas ações, encontramos emoções, e para cada uma delas existe uma significação, ou seja, diante de acontecimentos bons ou ruins se deve buscar entender o porquê de determinadas posturas, sendo, então, algo que se percebe, algo vivido, precisa de uma posterior tentativa de explicação. Perante uma ideia empírica que se apresenta, produz-se uma integração com o mundo, apreendem-se conceitos e se aprende com isso.

Justamente na sua inacabada e póstuma obra “O visível e o invisível”, Merleau-Ponty (2014) reforça sobre a questão da experiência entre o falante e o falado, tocante e tocado, que são unidos num mesmo momento subjetivo e nele se comprometem e se relacionam: um com o outro, expostos na sua essência. Sobre isso transparece a experiência de mundo, que não poderá ser apartada da própria consciência, e cada um se descobre um ser único, individual, que será respeitado em sua própria complexidade.

Ainda nessa visão, pode-se confirmar com esse pensamento de Merleau-Ponty (2014, p. 82) que “se há um outro, por definição não posso instalar-me nele, coincidir com ele, viver sua própria vida; vivo somente a minha.” Contudo, ao se permitir essa original forma de ser, ‘de Ser para si e para Outrem’, denota-se que represento a todos. Num melhor esclarecimento:

De modo que só aparentemente me restrinjo à minha experiência – a meu ser para mim e a meu ser para outrem – respeitando a originalidade radical do para si do outro e de seu ser para mim. Pelo simples fato de que abro no muro de meu solipsismo a brecha por onde passa o olhar do outro, não mais me atenho a uma dicotomia – a “do” Para Si e a “do” Para Outrem – mas a um sistema de quatro termos: meu ser para mim, meu ser para outrem, o para si de outro e seu ser para mim. (MERLEAU-PONTY, 2014, p. 83)

O ser se inclui na sua própria vivência, numa introspecção, aos poucos vai se inteirando com o outro e permitindo que este entre no seu mundo. Nessa abordagem, pode-se lembrar do caso da professora Ana, que, após o acontecido, teve um momento inicial de recolhimento e pouco a pouco foi permitindo que o outro percebesse o ocorrido. Em momentos oportunos, contou timidamente a sua história a um e a outro, por uns ela foi ouvida e respeitada, por outros foi julgada, e agora

está sendo formalmente apresentada nesta pesquisa. Mesmo que essa recordação tenha sido para ela um processo doloroso, será aqui essencial para se denunciar essa atitude vergonhosa que foi praticada por sua aluna. E, ainda mais, para se exporem as consequências negativas desse ato na vida pessoal e profissional da professora agredida.

Ao se evidenciar, aqui, os resultados do caso da professora Ana, a pretensão do estudo é contribuir para que haja uma reflexão da sociedade sobre como as escolas estão vivenciando a violência dentro de suas unidades e de que maneira poderão intervir nesse processo. A importância desse método de estudo se dá quando se desvela a face da vítima através de uma entrevista genuína, íntima e reveladora. Dessa forma, o estudo de caso será essencial para que se compreenda desde os fenômenos individuais até a uma totalidade social, envolta em redes de relações pessoais. Deve-se enfatizar esse pensamento através de Yin (2001, p. 21), “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real.”.

Ainda com a contribuição de Yin (2001), essas questões sobre estudo de caso perpassam por diversas discussões acerca da sua efetividade como estratégia de pesquisa, ou seja, apesar das críticas, devido a resultados tendenciosos e a análises equivocadas, ainda é considerada pelas ciências sociais como a melhor forma de obtenção de resultados. Sendo assim considerada como a sua principal definição: “Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.”.

O estudo de caso deste trabalho será feito na apreciação acerca do depoimento da professora Ana e do fato ocorrido, sendo este relatado em detalhes, expondo os sentimentos e a percepção da professora agredida, evidenciados no conjunto de ações e na própria situação em que foi envolvida. No decorrer da entrevista, a história foi narrada com detalhes, repleta de tristeza e decepção registradas em diário de campo, que retrataram a sua atitude pessoal e profissional ante a violência vivenciada, permitindo uma interação com as suas lembranças e os seus esquecimentos, oriundos da memória.

Para Gil (2008, p. 109), “a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais”. E, nesta pesquisa, ela foi utilizada de maneira livre e voltada para o foco principal, que era a experiência da

educadora quanto à violência sofrida em sala. Nesse sentido, Gil (2008, p. 111) diz que “A entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados de que dispõem as ciências sociais”. A narrativa foi clarificada com algumas perguntas, de maneira espontânea, visando à melhor compreensão do acontecimento, oportunizando, também, que a narrativa seguisse numa lógica compreensiva para o receptor das informações. Afinal, “a entrevista focalizada requer grande habilidade do pesquisador, que deve respeitar o foco de interesse temático sem que isso implique conferir-lhe maior estruturação” (GIL, 2008, p. 112).

Para Yin (2001), a entrevista tem certas peculiaridades que deverão ser consideradas relevantes:

A natureza da entrevista é muito aberta, e o entrevistado pode não cooperar integralmente ao responder às questões. De forma similar, ao fazer observações das atividades da vida real, você está entrando no mundo do indivíduo que está sendo estudado, e não ao contrário. (YIN, 2001, p. 94)

De fato, no que concerne ao método da entrevista, a espontaneidade é um dos fatores que poderão direcionar a outras discussões, cabendo ao interlocutor uma boa condução do assunto sobre o qual deseja investigar. Sempre se deve ter o cuidado na abordagem desse indivíduo, pois, através desses questionamentos, estar-se-á inserindo no seu mundo, e isso deve ser respeitado com a pretensão de se manter certo limite entre entrevistado e entrevistador.

Nas questões sobre a possibilidade de um indivíduo interrogar e ser interrogado sobre o que está ao seu redor, não se busca formular uma única verdade, imaculada, mas tecer várias questões para refletir sobre a dinâmica da vida humana em sociedade e suas relações, pois filosofar o contexto sócio-histórico permite refletir e se posicionar diante da sua própria história. Lendo Merleau-Ponty, pode-se compreender melhor sobre a pluralidade de versões e olhares que inviabilizam uma história única e inquestionável:

A verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo, e nesse sentido uma história narrada pode significar o mundo com tanta “profundidade” quanto um tratado de filosofia. Nós tomamos em nossas mãos o nosso destino, tornamo-nos responsáveis, pela reflexão, por nossa história, mas também graças a uma decisão em que empenhamos nossa vida, e nos dois casos trata-se de um ato violento que se verifica exercendo-se. (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 19)

Para Merleau-Ponty (2011), é através da convivência entre os indivíduos

que se constrói o conhecimento, e na compreensão dos fenômenos que envolvem os seres humanos é que se poderá perceber a formação do sujeito, ou seja, para ele ninguém será acabado, pois estará sempre em transformação, e sob influência do outro, numa relação de coexistência. De acordo com ele, a liberdade está fincada numa condição de convívio, sua decisão depende dos acontecimentos e do contexto histórico. Observam-se suas impressões sobre a liberdade,

Escolhemos nosso mundo e o mundo nos escolhe. É certo em todo caso que nunca podemos reservar em nós mesmos um reduto no qual o ser não penetra, sem que no mesmo instante, pelo único fato de que é vivida, esta liberdade adquira figura de ser e se torne motivo e apoio. Concretamente considerada, a liberdade é sempre um encontro do exterior com o interior [...]. (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 609)

Tal citação foi transcrita para inferir que os indivíduos são sujeitos livres para constituir escolhas, ainda que o contexto os influencie. Nesse mote, não se pretende fazer emergir uma ideia de professora “coitadinha”, ainda que esta tenha sido vítima de violência, ou de jovens impulsivos e problemáticos. Generalizações não cabem em estudos qualitativos, do tipo de caso, mas podem ser muito úteis para fazer (re) pensar as tensões que assolam a sociedade.

O método fenomenológico preocupa-se com o sujeito em si, com a sua consciência, e deseja apresentar a sua realidade como ela é, independentemente de outras concepções. O conhecimento desse sujeito é formado a partir da sua própria relação com o mundo. Segundo Gil (2008, p. 15), “quando, pois, o pesquisador está consciente de seus preconceitos, ele minimiza as possibilidades de deformação da realidade que se dispõe a pesquisar”. Ele ainda se posiciona nessa afirmativa:

A pesquisa fenomenológica parte do cotidiano, da compreensão do modo de viver das pessoas, e não de definições e conceitos, como ocorre nas pesquisas desenvolvidas segundo a abordagem positivista. Assim, a pesquisa desenvolvida sob o enfoque fenomenológico procura resgatar os significados atribuídos pelos sujeitos ao objeto que está sendo estudado. As técnicas de pesquisa mais utilizadas são, portanto, de natureza qualitativa e não estruturada. (GIL, 2008, p. 15)

Demo (1995) refere-se à fenomenologia como uma realidade social, com o conhecimento presente no cotidiano do objeto de estudo da sociologia, não podendo se distanciar da existência de sabedorias do homem comum. Ele acrescenta:

Sobretudo, as ciências sociais não podem restringir-se ao ambiente artificial, solene, pretensamente superior da academia, como se lá

encontrássemos a nata da sociedade. Sociedade concreta é a cotidiana, do homem comum. Este organiza sua vida não através das ciências sociais, que seriam pouco úteis, além de pouco inteligíveis, mas pelo senso comum, pelo conhecimento imediato que é patrimônio cultural da maioria. As ciências sociais não devem perder sua identidade de produto intelectual, mas não podem ser construídas a expensas do saber comum, tornando-se algo contra o saber comum. Quer dizer, precisam possuir significado também para a existência concreta das pessoas, para aquilo que é importante para o homem comum. (DEMO, 1995, p. 250)

O suporte teórico e metodológico explicitado permitiu a entrevista com a professora Ana, que foi agredida na escola em que trabalhava no desenvolvimento de seu papel docente, o que originou o principal resultado do estudo, que será explicitado no tópico que segue. A análise dos resultados propicia um estudo sobre a violência escolar e permitirá uma reflexão mais apurada, junto aos que compõem o ambiente escolar, como também aos integrantes de outras instituições também interessados na problemática em tela. As narrativas (auto) biográficas de outrem possibilitam uma análise reflexiva das práticas do interlocutor, ensejam colocar em xeque a própria condição docente, o exercício das práxis pedagógicas, e melhor compreender as manifestações que interferem no exercício da profissão.

4 COM A PALAVRA, A PERSONAGEM DESTA PORANDUBA

Esse capítulo foi subdividido em três tópicos. O primeiro traz a narrativa da professora entrevistada contextualizada, após ter sido transcrita na íntegra, com o objetivo de proporcionar interpretações diversas, e não fazer com que o leitor comungasse com a discussão posterior, mas pudesse elaborar suas próprias compreensões a partir dos relatos. O intuito, todavia, não foi conduzir interpretações, ao contrário, foi ampliar as possibilidades de problematizações. No segundo tópico, veremos sobre as políticas públicas e as questões da violência presentes na escola, sobre a cidadania e os direitos de todos a uma educação de qualidade. Enfim, no terceiro tópico, sugerimos a aplicação de uma cultura de paz como forma de conter essas ações agressivas, que são típicas de pessoas que desconhecem o respeito ao próximo e a valorização do espaço escolar.

4.1 A NARRATIVA DA PROFESSORA

A professora que aqui foi entrevistada, doravante chamada ficticiamente de Ana, trabalha há sete anos numa escola municipal de Fortaleza e ministra aulas do sétimo ao nono ano. Nasceu em Fortaleza, seus pais são também fortalezenses, foi uma criança tímida e feliz. Tem três irmãos, perdeu a mãe na adolescência, quando ainda estava entrando na faculdade. A mãe morreu de câncer, por isso ela teve que parar a faculdade para ajudar seu pai nas despesas da casa. Junto com seus irmãos, começaram a trabalhar num box do Mercado Central, que era a herança da mãe. Com muita dificuldade, conseguiu terminar os estudos. Nesse tempo, conheceu o seu marido, que é músico, e dele engravidou; parou de trabalhar fora, mas continuou dando aulas particulares em casa. Ana permaneceu em casa com seu pai, quando seu filho nasceu ainda ficou morando lá com o seu esposo, até seu pai falecer de câncer.

Na adolescência, não tinha interesse em ser professora, mas as circunstâncias a impulsionaram para a docência, pois esta era uma atividade que podia ser realizada em casa, ao tempo que cuidava do filho e do lar. Quando este já estava bem maior, se aventurou a trabalhar fora, revezando os seus cuidados com o marido, já que este era músico e trabalhava à noite, e mais nos finais de semana, enquanto ela se dividia numa jornada maior, nos cuidados com a casa, com o f

com as atividades pedagógicas da escola.

Ficou ministrando aulas particulares até surgir um concurso público e conseguir passar para o cargo de professora substituta. Permaneceu no cargo por dois anos, período em que teve a desagradável experiência de violência física com a aluna, que será narrada adiante. Posteriormente, fez concurso para professor efetivo e passou novamente, sentindo-se mais tranquila por estar agora como professora efetiva.

Sempre estudou em escolas particulares e não teve muitas dificuldades financeiras na infância. Só na adolescência, com a perda da mãe, é que começaram as dificuldades que lhe levaram a trabalhar muito cedo. Quando seu filho nasceu, as coisas foram melhorando, pois seu esposo era muito bom, tinha um emprego estável e a ajudava.

Na segunda entrevista, Ana, após narrar um pouco da sua trajetória de vida, nos conta que, no atual momento, gosta de trabalhar como docente; apesar de não ter escolhido essa profissão na época da adolescência, tornou-se professora sem perceber. Mas agora resolveu abraçar a profissão e dá o melhor de si, pratica a sua didática com o enlevo na ideia de que o ser humano pode ser bom em tudo o que faz, desde que se empenhe com vigor e com bastante compromisso.

Afirma que, num segundo momento, já como substituta da rede municipal de Fortaleza, sentiu mais latentes as dificuldades do trabalho docente com uma turma regular de alunos, até pensou em desistir várias vezes por causa da dificuldade de controlar a indisciplina na sala. Antes mesmo de tomar qualquer atitude, houve a vivência da experiência desagradável de ser agredida fisicamente por uma aluna. Tal acontecimento desencadeou uma síndrome de pânico cujos sintomas, até os dias atuais, cinco anos depois, ainda persistem.

Com o tratamento psiquiátrico e psicológico, afirma que acabou se acostumando com a situação, e inclusive acredita ter a missão de ser professora, o que a faz continuar docente, já que continua asseverando que a vida de professor não é fácil. Atualmente, as suas salas de aula têm em torno de 37 alunos, mas já teve sala com 45 alunos, e explicita o exposto:

É uma situação difícil, ser professor aqui no Brasil é muito difícil, às vezes você vai para o trabalho e nem tem muita vontade de ir, quando você lembra que vai pegar aquela turma, seu psicológico fica abalado. Mas você tem que ir, e o que me dá forças para continuar nesta profissão é justamente achar que o professor tem uma missão, é isso sabe? O

professor tem uma missão, tem o que passar, eu sou muito ligada à questão política do país, sou professora de Geografia, e então eu tento passar para meus alunos a situação atual do Brasil, tentar fazer com que eles abram os olhos e saiam da situação em que eles se encontram, de pobreza, de extrema pobreza, e mostrar para eles que tudo tem solução, tudo é possível se a gente quer e se a gente tem vontade. É isso que me faz continuar na profissão. Além disso, a escola que estou agora é muito acolhedora, estou com muitos amigos, já passei por mais de seis escolas, e só nessa é que me encontrei de verdade, por que não é fácil, por que até entre os professores existe uma espécie de competição, não sei bem o que é, se é inveja, eu sofri muito com isso no começo, hoje em dia não, graças a Deus me encontrei numa escola, mas existe muitas escolas por aí que o professor é discriminado é humilhado mesmo pela direção ou pelos próprios colegas (ANA, 2015).

Ana relata sobre a realidade do professor brasileiro frente ao temor de trabalhar num ambiente violento, principalmente nas grandes capitais, e trata da falta de apoio dos próprios colegas e da gestão. Ainda assim, ela tenta ser engajada e trabalhar a criticidade e o protagonismo dos jovens, incentivá-los a mudarem para melhor a si mesmo e a seu país.

Iniciou a narrativa da agressão num comentário acerca da sua compreensão sobre a situação do professor, para depois falar da violência vivenciada. Ana afirma que o momento da agressão foi muito constrangedor e que ela ficou triste e abalada com tudo, chegando até a fazer um tratamento particular com um psiquiatra, pois desenvolveu a síndrome do pânico. Infere que ainda hoje ela se lembra com tristeza do episódio, por essa violência acontecer com os professores, e afirma que o fato mudou a sua atitude, pois vê a educação com outros olhos.

Ao voltar a lecionar, sentiu, inicialmente, muitas dificuldades, por isso fez um tratamento psiquiátrico com medicação para poder entrar novamente na sala de aula; passou uma semana sem ir para a escola, pois não conseguia entrar na sala. Hoje em dia, ela afirma que mudou sua prática pedagógica em decorrência da experiência traumática, pois, dependendo da situação e do aluno, ela fala que não irá mais confrontá-lo de jeito nenhum. Acrescenta explicando que, quando ela percebe que o aluno é perigoso e demonstra ser agressivo, deixa-o sair na hora que quiser, para ir ao banheiro ou fazer o que quiser. Considera que, infelizmente, é refém dos alunos.

O problema que ocasionou a violência física começou devido à sua aluna ter tirado zero, pois não fez a prova de jeito nenhum, apenas colocou o nome e entregou com tudo em branco, se recusando a tentar responder à avaliação. A

professora relata: “se pelo menos ela tivesse tentado responder, mesmo errando tudo, teria tirado 1,0, pois não costumo dar zero ao aluno que tenta responder às questões”.

Na hora em que entregou a prova e a aluna constatou que havia obtido o conceito zero, ficou andando pela sala e falando alto, provocando a professora, até que Ana pediu para a aluna sair da sala, mas ela não se retirou. Em seguida, Ana pediu a ajuda de uma professora do Programa Mais Educação⁶ para tentar resolver o problema; esta professora foi solicitada pelo simples fato de ela estar mais perto e ser a única que dava para ver, naquele momento angustiante, da porta da sala, como a única opção de ajuda.

Quando a aluna viu a professora chamando alguém, no entanto, sentou-se na cadeira da frente e parou, olhando sério para a professora. Ana tentou continuar sua aula e, ao virar as costas para escrever e retomar a explicação, a aluna a chamou de vários nomes inapropriados – vaca, puta, filha da puta – e disse que não iria se sentar. Como Ana havia entrado há pouco tempo na educação, ficou assustada com isso, pois relata que nunca tinha sido maltratada dessa maneira e, como ser humano, se irritou com tudo aquilo, principalmente por ser na frente de todos os outros alunos. A situação foi considerada muito constrangedora. Então, pediu novamente para ela sair, e ela disse que não sairia.

Nesse primeiro momento, a briga era apenas verbal, Ana passou a gritar para que ela saísse, pois não iria suportar ouvir aqueles desaforos. A aluna gritava que não sairia e que duvidava que a professora fosse capaz de tirá-la dali. Como a escola estava com um déficit de sete professores, tinham muitos alunos circulando pelo pátio e pelos corredores, que viram a confusão e correram para perto da porta da sala para poder ver melhor a briga. Foi quando a secretária e a professora do Programa Mais Educação chegaram e levaram a aluna para a sala dos professores.

Ana narra o acontecido:

Enquanto isso, eu continuava em sala de aula, conversando com os outros alunos sobre o ocorrido, questionando se eles achavam certo o que a aluna fez, já que os professores vão ali ensinar a eles e são tratados desta maneira... E assim tentando se recompor, pois estava muito nervosa, para poder finalmente iniciar a sua aula. E, de repente, a aluna chega com mais

⁶ O programa foi criado pelo Ministério da Educação para a formação de uma agenda de educação integral nas escolas estaduais e municipais, promovendo atividades optativas e com acompanhamento pedagógico.

duas amigas me empurram de lado, fui pega de surpresa e nem vi quando elas entraram na sala. Logo cai no chão e já fui recebendo chutes com gritos de ameaças de morte pela aluna, sendo incentivada pelas suas amigas que diziam para ela me matar. Então, naquele momento, entrei em pânico e não sabia o que fazer, pois vi a morte na minha frente, principalmente, por saber que na sala haviam outros alunos tão agressivos e altamente violentos quanto aquela aluna, que teriam coragem suficiente para fazer o que ela dizia. Eu me senti refém dos alunos, sozinha ali no chão, lembrando que nem a diretora e nem a vice-diretora estavam na escola. Por sorte, um dos alunos, que inclusive era o que tinha fama de ser o mais perigoso da sala, porque já tinha passagem pela polícia, foi me ajudar. Então, ele me salvou da menina e conseguiu me proteger, eu, muito abalada e chorando muito, sem nem conseguir falar, percebi que a aluna continuava atrás de mim, fria e sem nenhuma emoção, dizendo que faria tudo de novo, até que, o mesmo aluno que me socorreu, que me ajudou a se levantar, lhe disse para ir embora, e para mim falou que eu não deveria mais dá aula lá. E foi aí que me virei para sala e falei chorando que eles conseguiram mais uma vez expulsar outro professor, por que estava sendo comum a expulsão de outros professores por alunos daquela turma, durante os três meses que eu estive lá, seis professores deixaram essa mesma sala por terem sido xingados, jogaram carrapichos e areia neles, bola de papel com cuspe e chegaram a jogar uma pedra na cabeça de um professor, então eles abandonavam a sala. E eu falei que iria ficar naquele sétimo ano só até aquele momento, e então falei novamente que não iria mais lecionar para eles. Após a agressão física eu procurei a delegacia e fiz um BO, como também o exame de corpo de delito, pois estava toda roxa nas pernas e nos braços porque recebi muitos chutes nestas áreas. Fiquei sabendo que naquele dia a aluna levou uma surra dos alunos do nono ano por ela ter me agredido, já que eu era muito querida pelos alunos daquela sala específica. Depois me contaram que a aluna havia ido à cantina, cantando um hino de guerra do Conjunto Palmeiras em busca de uma faca para me matar, mas a profissional que trabalhava na cantina, mesmo não sabendo da confusão envolvendo a aluna, não deu a faca, pois não tinha ordem para isso, apesar da aluna ter usado da esperteza em dizer que era apenas para apontar um lápis. Eu enfim cheguei à escola, depois de uma semana, a convite da diretora que ficou implorando para eu voltar lá, retornei lá, mas preferi ir somente umas 17h15 (horário que não encontraria os alunos) - mesmo assim encontrei uns cinco alunos - por coincidência, me falaram sobre a surra que a aluna levou e que ela foi para o hospital devido à gravidade dos ferimentos e ficou internada por três dias. Então fiquei comovida e fui novamente à delegacia tirar o BO, mas o rapaz encarregado disse que não iria tirar o BO, que isso era muito comum, pois estavam havendo muitas ocorrências contra os professores e eles (alunos) precisavam ter uma lição, e eu insisti em tirar o BO também por medo dessa menina ser chamada à delegacia, e depois descobrir o meu endereço e querer se vingar, afinal pouco se sabe deles, mas eles têm outros meios e conseguem descobrir muitas coisas sobre nós.

Ana reflete sobre o apoio posterior à agressão da comunidade escolar:

O grupo gestor me apoiou, mas em parte, reconheço que a diretora insistiu para que eu continuasse na escola já que a menina tinha sido expulsa, mas eu não via condições para permanecer na mesma escola, já que estava muito abalada, psicologicamente estava arrasada e a minha moral também. Foi somente este o apoio que recebi da diretora, o convite para continuar e com a informação que a aluna havia sido expulsa. Quanto à secretária de educação da época, esta fez vista grossa e não quis me remanejar para outra escola com o argumento de que haviam baixado uma lei que professor nenhum podia mais fazer isso (pedir remoção), apesar de eu ter

explicado os motivos da solicitação e ter mostrado o documento do exame de corpo de delito, as fotos e o BO. Eu até fiz uma carta direcionada à secretária com o objetivo de sensibilizá-la, entretanto, isso não foi possível, ela estava irredutível. Só consegui ser remanejada para outra escola depois que falei com um amigo com influência na política e que ele foi comigo falar, novamente, com a secretária de educação. Depois de uma semana que eu estava sem trabalhar, e travada com o ocorrido, pois o ocorrido tinha sido muito sério e eu estava bem traumatizada, recebi uma ligação confirmando a minha lotação em outra escola. Só assim consegui voltar a ensinar, pois fui muito bem recebida na nova escola, todos da escola me tratavam bem e os alunos eram diferentes, aos poucos fui retornando à normalidade.

A professora Ana falou também sobre a ausência da sociedade com relação à violência na escola, e atribui tal fato, principalmente, à falta de apoio familiar, ao próprio ambiente onde vivem os alunos, um local considerado altamente violento por eles mesmos. Ela ainda indaga sobre a pobreza, que considera umas das maiores violências feitas aos indivíduos, e lembra também das drogas, que contribuem para desencadear essa violência.

Inclusive, ressaltou sobre os fatores que podem favorecer a violência dentro da própria escola, tais como a falta de limite dos alunos, a ausência dos pais, que não querem nem saber de como seu filho está na escola, quando se faz a reunião de pais, normalmente só aparecem os pais dos melhores alunos, dos que realmente estão precisando, os pais nem aparecem, e só aparecem no final de ano e no começo de ano e pronto. E sempre colocam a culpa no professor, o professor que é o culpado, e o ano inteiro se fica chamando esses pais para falar sobre seus filhos, mas realmente eles não vão.

Ao ser questionada sobre a possibilidade de desistir de lecionar após a agressão, a professora respondeu: “existiu sim e, no primeiro momento, pensei mesmo em desistir de tudo, o que não me fez desistir foi por causa do meu filho, pois preciso deste dinheiro, e também por que gosto de lecionar”. Isso, inclusive, ela colocou até na carta que fez à secretária de educação, pois foi a profissão que ela escolheu, “e se não fosse professora ela seria o quê?” Foram os aspectos explicitados – filho, necessidade financeira e carreira – que a fizeram procurar um médico especialista para poder voltar, pois também pensou muito no filho, e foi nele que encontrou forças para se reerguer.

Ela ainda falou sobre as ações que considerava importantes para serem desenvolvidas na escola, com o objetivo de minimizar essa violência:

A escola poderia tentar um contato maior com a família, como também fazer ações sociais, tentar uma aproximação destes alunos com os professores,

atualmente sou professora efetiva numa escola onde ocorre muito essa tentativa de aproximação, mesmo que ainda seja insuficiente, mas pelo menos eles tentam, e na escola anterior não havia de jeito nenhum este contato, era professor pra cá, os pais pra lá e os alunos também para lá, era assim uma coisa estranha, era uma guerra, seis professores desistiram de ensinar nesta escola, isso era um absurdo mesmo. E acredito que é isso que faltava, a aproximação da escola com a comunidade, além das aulas terem atividades recreativas e projetos que incentivem os valores como o amor, a compaixão, a paz, incentivar a cultura da paz. (ANA, 2015)

É importante perceber que as sugestões apresentadas pela professora não são ações que necessitam de recursos financeiros, basta que haja um interesse dos gestores em aplicar essas medidas no cotidiano escolar, ou seja, um engajamento com uma educação parceira.

Importa salientar que Ana confessou que até hoje ainda se assusta quando vê alguma menina parecida com a sua agressora, e que uma vez, quando entrou numa sala de aula e se deparou com um ex-aluno daquela antiga turma, pediu imediatamente para ser removida para outra escola, temendo que esse aluno fosse falar para a menina onde ela estaria trabalhando. A professora sabe que tem que ter forças para seguir em frente, mas, quando vê momentos de atritos na escola, lembra-se do que passou e fica novamente em pânico e com o coração acelerado.

Em outro encontro em que estive com a professora, tive a oportunidade de conhecer uma grande amiga sua, que a conhece há dez anos, pois elas duas moram no mesmo bairro e trabalham na mesma escola, e nessa conversa informal sua amiga me contou que a admira muito por ela ser uma excelente profissional, que procura desempenhar o seu papel de professora da melhor forma possível. Inclusive, acrescenta que passou a respeitá-la muito mais quando soube que ela passou por essa violência dentro da escola (a terrível agressão que sofreu no seu trabalho) e que conseguiu superar, apesar de passar por momentos difíceis: ter que fazer acompanhamento médico para superar todo o trauma. A amiga ainda informou que hoje ela é uma pessoa muito querida por seus alunos, uma professora muito expansiva, que se envolve com os trabalhos da escola e é admirada tanto pelos professores como pelos alunos.

A seguir, vamos refletir sobre o desafio de se aplicar as políticas públicas no combate à violência nas escolas, já que, mesmo numa época de tanta violência, não há nas escolas estaduais e municipais um trabalho efetivo voltado a este fim.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E A VIOLÊNCIA NA ESCOLA

É evidente que o Poder Público possui papel preponderante nas questões relacionadas às políticas públicas e sua execução efetiva nas instituições educacionais. Contudo, o Estado carece de uma real conscientização para a qualidade na educação e no fomento às ações que envolvam as crianças e os jovens, evidenciando-se os resultados positivos de um trabalho voltado para os fins sociais, enaltecendo o papel da escola no meio social, na implantação de políticas públicas para solucionar tantas questões inquietantes que estão relacionadas às desigualdades sociais, e que possam realmente promover a cidadania. Comungando com essa ideia, Fialho descreve:

A participação e o direito das crianças e jovens não estão refletidos na valorização da autonomia, na solidariedade social ou no dever do Estado em proporcionar seus direitos de cidadãos, mas principalmente, em disciplinar para obediência e aceitação das regras sociais, mesmo diante de tamanhas desigualdades sociais. (FIALHO, 2014, p. 91)

No contexto geral, o disciplinamento parece ganhar mais ênfase do que o real protagonismo juvenil. Direitos são desrespeitados ordinariamente, mas os deveres lhe são cobrados independentemente das circunstâncias sociais, culturais, políticas e econômicas. Não existe, de fato, prioridade para a educação, em todo período eleitoral as promessas são feitas nas campanhas, e a sociedade parece não ter meios concretos e efetivos para cobrar dos órgãos responsáveis esse direito subjetivo.

O descaso dos gestores, dos membros da equipe da secretaria e do próprio Poder Público foi visível no caso de Ana, e não há pudores em demonstrar isso. Importa aqui lembrar o que a professora Ana (2015) disse em sua entrevista sobre a atitude da secretária: “Quanto à secretária de educação da época, esta fez vista grossa e não quis me remanejar para outra escola.” Nesta fala, comprova-se, cada vez mais, que há uma carência de ações que combatam essas práticas nocivas de violência dentro da escola. E o silêncio ainda é preponderante nas secretarias, que parecem culpabilizar a vítima. Afinal, os gestores não querem problemas, querem, ao contrário, quem resolva os problemas, em especial apresentando números e índices positivos que mensuram a aprendizagem.

Sempre se corre o risco de casos de jovens que burlam leis, que querem

“curtir” em demasia sua liberdade e direcionar suas energias para algumas ações desvirtuadas, mas levar essas atitudes grotescas para dentro da sala de aula e ignorá-las é situação difícil de aceitar, que não admite silêncio. Ainda que muitos pais possam ser coniventes ou omissos com “certas” atitudes de seus filhos – seja em casa, na escola ou na rua – e não se comovam com as barbaridades praticadas por eles, não se pode permitir o discurso de que “o professor merecia levar uma represália por estar perseguindo seu filho”. Afinal, no decorrer da conversa com Ana (2015), destacou-se tal prerrogativa no discurso da mãe da agressora. Como uma das causas da violência na escola é o descaso e a ausência dos pais para com a educação e o contingenciamento dos filhos, Ana afirma: “sempre colocam a culpa no professor, o professor que é o culpado, ainda que o ano inteiro se fique chamando estes pais para falar sobre seus filhos, mas realmente eles não vão.”

Precisa-se considerar mais a participação da comunidade escolar nas decisões dos gestores, estreitar laços de parceria, pois, na prática, não há interesse de todos pela educação pública. Torna-se necessário fomentar a formação de cidadãos reflexivos e atuantes no ambiente escolar para que possam conhecer seus direitos sociais e reivindicar as políticas públicas voltadas ao combate da violência na escola, junto aos seus governantes. Podemos exemplificar essa busca de melhorias e tentativas de intervir na formação de jovens cidadãos na prática diária da professora Ana após o incidente de violência, pois ela expôs que está sempre educando com o diálogo aberto na tentativa de sensibilizar e conscientizar seus alunos: “tento ser engajada e trabalhar a criticidade e protagonismo dos jovens, incentivá-los a mudarem para melhor a si mesmo e a seu país.”

Ensejar visibilidade à voz da população no que concerne a melhorias para a educação é um direito de todos os cidadãos. Uma escola bem estruturada e com diversos recursos de qualidade – materiais e imateriais – proporciona maior bem-estar aos que nela convivem. No entanto, a desconfiança com a política e uma descrença na ascensão por via da educação parece ser recorrente nos jovens inseridos no contexto da escola pública. Ana diz que muitos jovens parece que estão desmotivados em estudar por acharem que não conseguirão nada com isso, por não perceberem na educação condições de ascensão social.

E o que seriam essas políticas públicas para a melhoria da educação e para o combate à violência? São ações feitas pelo governo, com a participação de instituições públicas e/ou privadas, podendo, quando necessário, ser solicitadas pela

sociedade com o intuito de uma melhoria para todos. Souza (2003) aborda suas ideias sobre as políticas públicas:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (SOUZA, 2003, p. 13)

Congruente com Souza (2003), no que tange às políticas públicas, podemos perceber que suas mudanças só serão possíveis através de ações, e que periodicamente possamos analisar os seus resultados, para as (re)fazer quando for preciso, procurando meios inovadores para que essas políticas realmente transformem o social. E que, nessa transformação, a escola seja beneficiada principalmente no que concerne a viver numa comunidade sem violência.

Outra coisa que é comum nas escolas é uma administração deficiente no que concerne à violência intra-escolar. Diretores e coordenadores muitas vezes são omissos nessas questões de violência escolar, às vezes por medo, outras vezes por desinteresse, ou mesmo por não quererem lidar com essa triste realidade. Acabam por não trabalhar adequadamente sobre esse tema, com intervenções nos momentos adequados, ou através de projetos específicos. Quanto a isso, Ana nos informa que a temática não é trabalhada, nem na escola em que foi vítima, nem na sua instituição de lotação atual. Ela percebe, no entanto, que o núcleo gestor da sua atual escola se esforça para ter um trabalho conjunto, buscar uma aproximação entre a escola e a família, entre professores e alunos e entre os próprios professores:

Atualmente sou professora efetiva numa escola onde ocorre muito essa tentativa de aproximação, mesmo que ainda seja insuficiente, mas pelo menos eles tentam, e na escola anterior não havia de jeito nenhum este contato, era professor pra cá, os pais pra lá e os alunos também para lá, era assim uma coisa estranha. (ANA, 2015)

Um núcleo gestor que cultiva, em seu ambiente de trabalho, atitudes de indiferença com os alunos, frieza com os professores e atos de arrogância ou de autoritarismo está mais propenso a colher ações de indisciplina, evasões, desobediências, desinteresse, apatia e falta de estímulo em trabalhar/estudar num ambiente assim; como era o caso da primeira escola em que Ana atuou e sofreu a

violência. Nesta, Ana constatou que a direção se acostumou com a violência, naturalizou, banalizou-a de tal maneira que se acostumou com as saídas de professores, pois, segundo ela, foram seis os profissionais que passaram naquela mesma sala, o que demonstrava nitidamente que a direção negligenciava o cenário ao se recusar a buscar ajuda, caso não se sentisse capaz de resolver sozinha esse problema. Veja a comprovação desse fato no depoimento de Ana:

E foi aí que me virei para sala e falei chorando que eles conseguiram mais uma vez expulsar outro professor, por que estava sendo comum a expulsão de outros professores por alunos daquela turma, durante os três meses que eu estive lá, seis professores deixaram essa mesma sala. (ANA, 2015)

Não se objetiva isentar o professor de responsabilidade e condenar unicamente a direção, mas sabemos que, ante tantos fatores – família, contexto social, professor etc –, um bom trabalho ensejado pelo núcleo gestor pode “contagiar” aqueles ao redor, e é essa a sua principal função: orquestrar com êxito todos os membros da escola, a fim de obter bons resultados, que as boas ações possam fluir naturalmente e permeiem os obstáculos que porventura virão.

Às vezes, numa escola, existe um professor que até faz um bom trabalho, tem bons projetos, boas práticas didáticas pedagógicas, mas este precisa do apoio de seus pares e da gestão da escola, o trabalho precisa ser coletivo, e não isolado ou individualizado. A indisciplina dos alunos, somada à falta de apoio da gestão, no caso de Ana, foi crucial.

A sociedade poderá observar inúmeros prejuízos com o fomento de uma educação desvalorizada. Características tais como subempregos, desempregos ou profissionais oprimidos e desqualificados prejudicam a escolarização. Ao saírem da formação inicial inexperientes e inacabados, os profissionais precisam galgar, durante o exercício da profissão, possibilidade de formação continuada.

Os jovens, por conseguinte, caso não desfrutem de uma educação de qualidade, poderão reverter para a sociedade toda a insatisfação absorvida durante sua vida escolar; sendo fruto desse descaso, poderá até se revoltar com a falta de perspectiva de ascensão social por meio da educação e chegar a praticar atos violentos, por não ter um emprego, por ser desvalorizado na sociedade ou por ter pouca educação. Vale lembrar que o relatório para a UNESCO (2010), da Comissão Internacional sobre a Educação, expressa uma perspectiva para a educação:

[...] a educação ao longo da vida implica, diretamente, o conceito de “sociedade educativa”: nesta sociedade, são oferecidas múltiplas oportunidades de aprender, tanto na escola quanto na vida econômica, social e cultural. Daí a necessidade de multiplicar as negociações e as parcerias com as famílias, o meio econômico, o mundo associativo, os atores da vida cultural, etc. (UNESCO, 2010, p. 34-35)

Por isso, é interessante salientar que não se pode simplesmente ignorar os problemas sociais, pois as convivências em grupo já são inerentes ao homem social, *a priori*, e essas práticas de socialização se efetivam também no contexto escolar. A vida escolar pode contribuir para o desenvolvimento da personalidade dos alunos e da vida social, observando-se, constantemente, que há desigualdades e que podemos lutar para minimizá-las.

Precisam-se direcionar os olhares para as particularidades da questão coletiva e, dentro desse contexto, pensar no ser humano como alguém essencial no convívio e nos emaranhados elos que compõem toda a sociedade. É preciso pensar em novas estratégias na construção de um mundo melhor, de melhores condições de vida, de respeito aos direitos dos outros. Se juntarmos os esforços de todos, poderemos ousar nessa caminhada e fomentar na sociedade o princípio da igualdade, ou melhor, da equidade entre os sujeitos. Como proferia o educador Freire (2011, p. 130), “o inédito é viável”. Ele acrescenta: “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” (FREIRE, 1996, p. 25).

Ana explicita: “A escola poderia tentar um contato maior com a família, como também fazer ações sociais”. Compactuando com seu pensamento, é correto observar que a participação da família na vida escolar dos filhos pode contribuir para a qualidade da educação. Se essa relação fosse de cumplicidade e ativa atuação, provavelmente, resultaria numa escola mais cidadã, com efetiva contribuição social e com a família fazendo parte dessa equipe. É obrigação da escola acolher os pais nos espaços escolares, promovendo sempre atividades para atraí-los e, aos poucos, desenvolvendo laços afetivos e de união, até que a sua presença seja parte de todo o contexto. E assim, para as famílias, seria um exercício de cidadania, o começo de uma participação política numa capacidade de sugerir e contribuir com o social, ainda que numa esfera microssocial, a escola de sua comunidade.

É incontestável que a escola é um ótimo espaço para o exercício da cidadania. Para Moacir Gadotti (1993), uma escola cidadã é aquela que consegue

fazer um trabalho em conjunto com os professores e com autonomia, sendo autônoma para fazer algumas adequações, seja a respeito das práticas do cotidiano escolar ou da realidade da comunidade na qual ela está inserida, almejando uma qualidade de vida e bons resultados aos alunos, para que, assim, possam desenvolver habilidades que os levem a se tornarem cidadãos. Numa entrevista, Freire (1997) falou sobre sua concepção de escola cidadã:

A Escola cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com seu discurso formador, libertador. É toda escola que brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos - educadores também sejam eles mesmos. E, como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia. (FREIRE, 19 de março de 1997)

A escola contém princípios que deveriam desenvolver nos jovens atitudes para uma boa formação do cidadão, num bem-estar pessoal e com a sua família, no convívio harmonioso no âmbito pessoal, escolar e social. Por isso, cabe a todos aqueles conscientes e zelosos dos valores sociais primar para a formação dessa juventude, seja nas escolas ou nas comunidades, possibilitando, assim, no futuro, um mundo de paz, confraternização e amor ao próximo. E, com êxito, desenvolver nos jovens algo além da sua capacidade intelectual, estimular uma formação que prioriza o respeito ao próximo e um compromisso com o social. Sobre cidadania, Hannah Arendt evidencia a sua concepção:

A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos. (ARENDR, 2000, p. 57)

Por serem necessários ao ser humano, os direitos humanos encontram o seu fundamento na estrutura da pessoa humana, e, assim, a formação da sua dignidade. Referindo-se, ainda, à concepção de Arendt (2011, p. 331), ressalta-se esse conceito na ideia de que "o homem pode perder todos os chamados Direitos do Homem sem perder a sua qualidade essencial de homem, sua dignidade humana. Só a perda da própria comunidade é que o expulsa da humanidade". No

pensamento de Arendt, para que o ser humano tenha direitos, é preciso primeiro que ele tenha cidadania:

[...] não apenas como um fato e um meio, mas sim como um princípio, pois a privação da cidadania afeta substancialmente a condição humana, uma vez que o ser humano privado de suas qualidades acidentais – o seu estatuto político – vê-se privado de sua substância, vale dizer: tornado pura substância, perde a sua qualidade substancial, que é de ser tratado pelos outros como semelhante. (ARENDR, 2011, p. 332)

A cidadania é, dessa maneira, uma conquista do sujeito de ser tratado com igualdade, e, ao longo da história, observa-se que muitas conquistas ocorreram através de lutas sociais, e esses direitos foram validados a favor do povo e contra qualquer ato de opressão. Porém, os direitos humanos referem-se ao direito do cidadão de ser assistido, de ter emprego, educação, segurança e saúde, independentemente da etnia, do gênero, da religião ou da classe social. Cabe ao Estado a garantia desses direitos, pois deve administrar, cuidando do bem-estar social do cidadão, e zelar pelo bem maior de todos: a vida. Assim, verdadeiramente, haveria a democracia.

Aqui, incluímos o direito do professor de proferir uma aula com segurança, num ambiente de trabalho adequado e propício à preservação da sua integridade física e psicológica, conciliado com o bem-estar desse profissional, mediante também uma estrutura que seja propícia para se ministrar uma boa aula e, além disso, que possa acolher os jovens com responsabilidade.

No caso aqui citado, os direitos humanos foram negados à professora Ana, já que ela praticamente foi abandonada num momento de violência, não teve a assistência adequada, nem o acolhimento psicológico feito pelo órgão público naquele momento de dor, ou seja, não houve o respeito à dignidade nem a valorização da pessoa humana.

Vale ratificar as palavras aqui já ditas por Ana: “a missão do professor é importante para a formação do cidadão”, afinal, foi por crer nisso que ela continuou em sala e tenta superar seu trauma. Ana acredita que tem a missão de ajudar os alunos na transformação de sua realidade, acreditando que poderão chegar aos seus objetivos, realizando sonhos e, assim, construindo um mundo melhor. Abordaremos, no próximo tópico, sobre essa crença de dias melhores pensando no coletivo, uma conquista possível quando cada um fizer a sua parte, respeitando as

leis e a democracia, com políticas sociais sérias.

4.3 A CULTURA DE PAZ NA ESCOLA

Para se entender sobre a violência na escola e para se elencar possíveis soluções, teremos como base as falas da professora entrevistada: “é preciso desenvolver atividades que estimulem o respeito ao próximo e promovam a paz nas escolas” (ANA, 2015). Ela também sugere que a família participe mais da vida escolar do filho, acompanhe suas atividades e observe o seu comportamento em sala, contribuindo com a escola quando esta precisar de sugestões e de um amparo no tocante à educação do jovem, seja através da presença da comunidade em eventos promovidos pela escola ou na construção de projetos pedagógicos mais adequados e contextualizados.

A família, quando acolhe a escola e a leva para o seu convívio, vai evitando um distanciamento, que fomenta a ideia de que os problemas escolares não são seus. A escola, além de ensinar conteúdos curriculares, tem que se preocupar com inúmeros assuntos, inclusive educar o comportamento, o trato com os colegas e professores, a ser responsável, dentre outros valores em consonância com a cultura da sociedade; logo, o apoio da comunidade é mister.

A implementação da cultura de paz na escola poderia fazer parte do cotidiano dos jovens, ultrapassando discursos demagogos. Esse conceito foi proposto pelas Nações Unidas no manifesto 2000: *Por Uma Cultura de Paz e Não Violência*. Deve-se acenar com urgência para a não violência. Entende-se, nesse caso, tanto a violência provocada nas relações sociais, no meio comunitário, quanto aquela desenvolvida no interior da escola.

É, pois, no convívio escolar que alunos e professores podem fomentar um ambiente propício para aprender a desenvolver atitudes de solidariedade, paz e união. No pensamento de Matos (2012, p. 35), essa cultura de paz nas escolas é possível porque:

Os desafios no trabalho com a paz coexistem com a esperança. Trata-se, portanto, de um compromisso em educar para o esclarecimento das realidades injustas, por meio de uma visão humanista e sociocrítica de educação e estamos convencidos da importância de sua abordagem e inserção no ambiente escolar.

Concordando com Matos (2012), a esperança de se ter uma escola harmoniosa vem com a junção de um trabalho pautado no compromisso em se educar através da valorização humana, baseado na fenomenologia e na crença de que o ser tem o potencial de se modificar, se assim o quiser. Todo ser necessita naturalmente das relações sociais, sendo, então, protagonista de sua vida, atua com aptidão para que as suas ações sejam aceitas no meio onde convive. A Organização das Nações Unidas (ONU) salienta: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. (ONU, 1948, Artigo 1º - Declaração Universal dos Direitos Humanos)

A violência nas escolas é prejudicial a todos os segmentos sociais, e, se a sociedade tiver medo de se expor e implementar a política da paz, poderá oportunizar o medo, e dessa forma alimentar a insegurança e a incerteza. De acordo com as ideias do livro “Crenças e esperanças: avanços e desafios da UNESCO no Brasil”, de Jorge Wertheim, a violência nas escolas é um ato desmedido:

As ciências sociais nos ensinam que o caminho entre escola e sociedade tem idas e vindas. As violências do mundo de hoje têm múltiplas e intrincadas causas, mas certamente estão relacionadas à erosão de valores sociais, numa crise de legitimidade, e à própria super exposição e exploração da violência como produto industrial, a ser vendido para gerar lucros. Se a sociedade se torna mais violenta e/ou desenvolve novas formas de violências, a escola deixa de ser o sonhado casulo e se patenteia como espelho da sociedade em que se insere. Por outro lado, as violências nos estabelecimentos educacionais constituem uma ameaça àquele clima favorável ao sucesso. Elas são responsáveis pela suspensão de aulas; pelas ausências de professores e alunos, em certos casos intimidados por pessoas de dentro ou de fora da escola; pelo mau aproveitamento do tempo letivo, na medida em que é preciso debelar a desordem primeiro para, depois, dedicar-se à aquisição de conhecimentos e à formação de comportamentos, atitudes e valores. As violências constituem, por conseguinte, um prejuízo coletivo e individual incomensurável, que neutraliza em parte os investimentos de países pobres e ricos. Embora vitime grandes segmentos no mundo ocidental, as violências são depressoras da aprendizagem e do sucesso escolar, atingindo sobretudo os grupos sociais mais vulneráveis, quer nos países desenvolvidos, quer nos países em desenvolvimento. (WERTHEIN, 2003, p. 18)

Acredita-se, pois, assim como Wertheim (2003), que a violência juvenil é real, preocupante, e está cada vez mais crescendo nas cidades brasileiras, sendo o resultado de um ajuntamento de diversos fatores sociais e culturais. É notório o fato de que os jovens passam por problemas inerentes às suas culturas e aos seus

contextos sócio-históricos – inseguranças quanto ao seu corpo, medo de serem rejeitados, preocupação em serem aceitos pelos seus pares, problemas familiares e de aprendizagem e expectativas profissionais frustradas podem servir de exemplo. Por vezes, devido a esses problemas de ordem pessoal e/ou social, rebeldia, transgressões e tensões com aqueles que possam incomodá-los são as respostas aos próprios sofrimentos.

A violência precisa, primeiro, ser reconhecida, admitida, para, então, ser tratada adequadamente através das políticas públicas, de projetos que se atentem às necessidades dos jovens, envolvendo também o esporte, o lazer, a cultura e a educação. Um trabalho direcionado à família que contenha projetos sociais, centros de apoio, que possam auxiliar a família, para que acompanhe o progresso dos seus filhos e que esteja mais presente do cotidiano desses jovens, também se faz necessário. Uma conjunção do trabalho social e do educativo, na escola, pode favorecer na resolução desses entraves causados pela violência. Poderão evitar a desvinculação dos jovens da escola, para que não fiquem ociosos e mais frágeis para o ingresso no mundo do crime e com enormes dificuldades para se inserirem com dignidade no mercado de trabalho. A violência juvenil está constante no ambiente escolar e carece da ação do Poder Público. É essencial se trabalhar a cultura de paz nas escolas!

Deve-se falar em educação sem violência, prestigiando a democracia e a cidadania, dando enfoque aos direitos humanos num pressuposto de que se cultive a paz nos diversos lugares, principalmente nos ambientes escolares. E isso vem acontecendo timidamente em alguns espaços sociais e educacionais. Por exemplo, o governo do Estado do Ceará está desenvolvendo um programa chamado Geração de Paz, que nasceu após a assinatura de uma carta entre a UNESCO e a Universidade Estadual do Ceará (UECE), na época da Conferência Internacional sobre os Sete Saberes, em 2010, cujo principal interesse está no seu preceito de Objetivo nº 7: “Fortalecer a escola como espaço de inclusão, de respeito à diversidade e da promoção da cultura da paz”, cujos públicos beneficiários serão todos integrantes das escolas e da comunidade na qual estão construídas.

Vale ressaltar que esse programa ainda não tem estrutura para alavancar em grandes proporções, e por isso aguarda maiores investimentos e outras parcerias para que haja esse fortalecimento da paz e de valores humanos. Como bem diz numa entrevista o professor Flávio Mesquita (2016), que durante os últimos

cinco anos foi o principal responsável pelo programa, “é necessário que a temática seja incorporada ao currículo das unidades de ensino, de modo que não fique restrita apenas a intervenções pontuais”. E, ainda sobre isso, continua afirmando categoricamente: "temos que ver a paz como uma estratégia que influencie as demais, dentro da instituição, estando presente em todos os processos. Com isso, temos a possibilidade de fazer uma grande revolução", reflete o educador.

Silva (2010) sugere que devemos pensar no futuro e lembra que são esses jovens que estão na direção da sociedade e que podemos conduzi-los para que, nessas gerações futuras, possam prevalecer na humanidade a paz e a justiça. Acompanhado aqui as suas opiniões, podemos observar que prioriza um projeto voltado à paz e à tolerância:

Um projeto educativo gerador de tais transformações deverá seguir paradigmas simples e comuns, que sejam capazes de revelar o valor da paz e da tolerância, bem como do respeito ao outro e, sobretudo, à vida em suas diversas manifestações. (SILVA, 2010, p. 60)

Haja vista que o âmbito escolar seja um lugar de aprendizagem, como também de convivências sociais, nele se absorvem atitudes de amizades e, infelizmente, também de conflitos. No caso dessas divergências em sala de aula, entre alunos e professores, teremos um resultado negativo: remorsos, angústias e ódio, levando-os a um convívio desarmônico. Ante a esses inconvenientes, cabe a construção de ações que os previnam e/ou combatam, através de palestras, seminários, jogos, atividades, projetos e quaisquer estratégias que direcionem a uma cultura de paz, disseminando os valores morais que poderão transformar essa conduta de violência de alguns alunos. E que isso seja feito envolvendo aqueles que pertencem ao espaço escolar, pois também o professor adoecido precisa de ajuda.

Inclusive, alguns esforços para se levar a cultura de paz às escolas já vêm acontecendo, com realizações de trabalhos de várias ONGs, de pessoas físicas (voluntários), universidades, institutos, centros educacionais, programas educacionais etc., que acataram a ideia e voluntariamente desenvolvem atividades em prol dessa juventude. Podemos observar alguns casos de pessoas que seguem nessa linha através da Universidade Federal do Ceará (UFC), com produções e publicações de teses e dissertações com estudos sobre a Cultura da Paz, e ainda há um Grupo de Pesquisa Cultura de Paz, Espiritualidade, Juventudes e Docentes, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, que, desde 2007,

vem sendo coordenado pela professora Kelma Socorro Lopes de Matos, com pesquisas e trabalhos expostos em seminários e publicações anuais em livros (MATOS; CARNEIRO, 2015).

Veremos a seguir algumas experiências, nesse sentido, lançadas em 2015: pesquisa realizada no Liceu Domingos Sávio, em Baturité (CE), desenvolveu um trabalho com um grupo focal, para análise do projeto “Por uma escola de Paz”, já executado na escola; os jovens observados não apresentavam atitudes de violência, apenas de indisciplina. Todos os dias, eram apresentadas algumas mensagens com valores e se pedia que, com apenas uma palavra, dissessem o que sentiam. Segundo alguns depoimentos, muitos alunos ficavam interessados quando os professores também falavam sobre as suas emoções, evidenciando que a integração dos professores com os jovens possibilitava um maior respeito pela fragilidade do outro e, por conseguinte, um melhor convívio (CASTRO; MATOS, 2015). Podemos observar melhor essa aceitação de diálogos entre professor e aluno neste pensamento:

Na condição de educadores, devemos estar abertos ao diálogo, ao acolhimento de ideias e práticas juvenis, pois esses jovens são sujeitos em potencial para a promoção da paz. Cabe a nós oferecermos suporte, contribuindo também para a construção de um mundo melhor. (CASTRO; MATOS, 2015, p. 48)

Outra experiência ocorreu na Escola Amorim Lima, em São Paulo, que buscou inspiração na Escola da Ponte, localizada em Portugal. As mudanças ocorreram, inicialmente, na metodologia, que valoriza a pesquisa no lugar de aulas expositivas, que são feitas em grupo, desenvolvendo, assim, a solidariedade. Além dessa mudança, outra novidade é que os conflitos são resolvidos em “Rodas de conversa”, um momento apropriado para discussões acerca dos relacionamentos dentro da escola, eventuais problemas ou apenas para expressar suas opiniões (PIERRE; MATOS, 2015). Comungando com essa postura, podemos acrescentar aqui a opinião dos investigadores dessa pesquisa:

A relação entre paz e democracia é intrínseca, e não devemos descuidar disso se quisermos melhorar a nossa convivência social. Fazer referência às relações de paz significa debruçar-se sobre os conflitos e resolvê-los de forma respeitosa, mesmo que algumas das partes não seja contemplada no seu desejo. Entendendo os conflitos, podemos restaurar as relações e gerar um ambiente mais pacífico. (PIERRE; MATOS, 2015, p. 59-60)

Vale aqui citar, ainda, mais outro trabalho desenvolvido pelos alunos bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)⁷, do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará (UFC), que aplicou o projeto em três escolas de Fortaleza. No “Projeto Cultura de Paz, Valores que conduzem à Vida”, teve-se como tema central o resgate de valores, num incentivo à leitura/escrita e à prática artística, tendo como norte a cultura de paz e a prática de se preocupar com o bem-estar do outro. Teve como base os seguintes valores: amizade, cooperação, disciplina, generosidade, gratidão, honestidade, justiça, liberdade, obediência, paciência, respeito, responsabilidade, tolerância, união e zelo. Esses valores foram abordados a partir das obras dos seguintes pacifistas: Chico Mendes, Madre Teresa de Calcutá, Mahatma Ghandi, Martin Luther King Jr., Nelson Mandela e Zilda Arns. As atividades ocorreram através de debates e estudos sobre as suas biografias e os benefícios que eles trouxeram ao mundo (VIEGAS; FERREIRA; NORONHA; OZÓRIO, 2015). E, assim, deseja-se que haja mudanças nas escolas.

A vivência da cultura de paz consubstancia-se na educação para paz, a qual é uma metodologia vivencial e socioafetiva, a partir da construção do currículo sociocrítico e da perspectiva positiva de paz e de conflito. As práticas pedagógicas são de caráter dialógicos, com a participação cidadã e com a autonomia construída no grupo. (VIEGAS; FERREIRA; NORONHA; OZÓRIO, 2015, p. 176)

Urge ressaltar que, ao se introduzir nos currículos escolares a temática voltada à Cultura de Paz, na tentativa de se reduzir a violência, e se isso já existisse nas escolas, em especial na que Ana trabalhava ao ser agredida, provavelmente, a violência contra Ana poderia ter sido evitada, ou mesmo minimizada, caso fosse desenvolvido constantemente um trabalho engajado de cultura de paz na escola, que possibilitaria atuar nessas situações de tensão.

Sobre essa questão da introdução de temas relacionados aos direitos humanos e à presença da cultura de paz nos currículos escolares, podemos apresentar o seguinte pensamento sobre a viabilidade dessa proposta:

O currículo escolar é determinante para o processo de ensino aprendizagem. A partir das reflexões do autor em tela, podemos afirmar que: 1) o currículo compreende os conteúdos e a metodologia que devem ser abordados de modo que esse seja plenamente trabalhado no campo

⁷ Programa do Governo Federal iniciado em 2007 que visa incentivar e formar os estudantes universitários que desejam ingressar na carreira de docente, cujo campo de trabalho é nas escolas públicas.

pedagógico; 2) o currículo tem força de lei, isto é, a escola, por si só, mesmo que tenha uma relativa margem de autonomia, não tem poderes de determinar se quer trabalhar pedagogicamente esse ou aquele currículo. (DIÓGENES; CARNEIRO, 2015, p. 418)

E acena positivamente para essas mudanças curriculares:

Assim, na composição do currículo, o ideal é focar na essencialidade entre o que é importante o aluno aprender e o docente lecionar. No Brasil, a malha curricular tem abrangido temas cada vez mais inovadores, como a Educação em Direitos Humanos e a Educação para a Cultura de Paz. (DIÓGENES; CARNEIRO, 2015, p. 419)

Tendo em vista que a violência escolar é um problema que já existe nos dias atuais numa proporção indesejável, desenvolver ações com objetivo de combatê-la, e que possam inibir os seus efeitos, se torna relevante. A mediação de conflitos, grupos de terapia coletiva, eventos culturais (oficinas, peças teatrais, exposições, gincanas etc.), além de estreitamento de laços sociais, na busca do diálogo constante, considerando as histórias de vida individuais no coletivo, permite a compreensão de que as pessoas são diferentes, mas devem ser tratadas com respeito, comungando com Arendt:

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso e da ação para se fazerem entender. (ARENDR, 2007, p. 188)

Essa “pluralidade”, formulada por Arendt, poderá ser direcionada na escola num trabalho no qual se possam respeitar as peculiaridades de cada um, para se fazer entender e manter as relações humanas. No dia a dia, as relações vão se desvanecendo ou formando crostas de insatisfação, agressividade e intolerância; o ideal seria que a escola fosse um lugar para a construção de uma boa relação social entre os homens, pois é um ambiente de convivência propício para o fortalecimento da democracia, dos direitos humanos, da solidariedade e do amor ao próximo. Os jovens precisam exercer a cidadania, e esta deve ser fomentada na escola, para que tenham uma melhor compreensão de suas atitudes e de que algumas 'violações' poderão ser posteriormente reconstruídas. Pode-se ver isso na concepção de Freire (1995), quando ele infere que:

Ninguém nasce feito, ninguém nasce marcado para ser isso ou aquilo. Pelo contrário, nos tornamos isso ou aquilo. Somos programados, mas, para aprender. A nossa inteligência se inventa e se promove no exercício social de nosso corpo consciente. Se constrói. Não é um dado que, em nós, seja um a priori da nossa história individual e social. (FREIRE, 1995, p. 104)

Nesse sentido, Freire (1995) salienta que somos pessoas capazes de se transformar, seja para melhor ou pior, e que não somos seres estáticos à espera de um destino determinado para nossas vidas; fala que somos capazes de aprender e, por sermos inteligentes, podemos exercitar o nosso corpo na sua construção e, doravante, na construção social. Somos pessoas exclusivas, é assim que devemos nos visualizar, sem temor de se refazer e de se reconstruir quando preciso for, nos adequando ao meio em que sempre estivermos atuando.

Para se viver em sociedade, necessita-se que haja convivências e que estas sejam harmônicas; não somos seres solitários, somos seres que apreciam a vida em bando. Bauman (2007) descreve um “novo individualismo na vida moderna” como um afastamento dos laços humanos. Há um caminho na busca desses “alívios mentais” e respostas positivas para os quadros de angústias psicológicas vividos neste século, e, ainda segundo Bauman (2007), a substituição das relações interpessoais por relações virtuais. Ele afirma que a insegurança nas relações pessoais está no medo dos “malfeitores humanos”, como se segue:

Podemos afirmar que a variedade moderna da insegurança é caracterizada distintivamente pelo medo da maleficência e dos malfeitores humanos. Ela é desencadeada pela suspeita em relação a outros seres humanos e suas intenções, e pela recusa em confiar na constância e na confiabilidade do companheirismo humano, e deriva, em última instância, de nossa inabilidade e/ou indisposição para tornar esse companheirismo duradouro e seguro, e, portanto, confiável. (BAUMAN, 2007, p. 63)

Essa modernidade a que Bauman (2007) se refere, com seus avanços tecnológicos, na qual estamos inseridos e de que usufruímos diariamente, pôde aproximar as pessoas através das redes sociais, e até mesmo facilitar o acesso às informações, porém todo esse processo desenvolveu relacionamentos superficiais e que são descartados quando lhes convêm, prejudicando os relacionamentos, as pessoas com seus sentimentos num invólucro, com seus medos de se magoar e com suas suspeitas frente aos outros. Nessa sensação de desconfiança, o bom convívio social fica prejudicado, o amargor prepondera e as desavenças persistem. Esse individualismo também é danoso na vida escolar, na qual deveriam existir boas amizades e práticas de solidariedade, sem tanta arrogância, inveja e intrigas.

Como vimos anteriormente, os fatores estruturantes dos pilares de uma escola poderão ser sólidos, se forem elencados em ações que possibilitem a construção de uma escola mais humana, promovendo boas atitudes; considerando uma educação voltada para a paz, rejeitando a violência. E na certeza do reconhecimento do outro como um ser digno de respeito, estabeleça relações harmoniosas nas práxis pedagógicas, frutificando o bem-estar no ambiente escolar, excluindo qualquer ato violento, seja com relação aos colegas ou ao professor.

Nesta pesquisa, verificamos que o desinteresse de muitos jovens pelos estudos e a falta de perspectiva social, realidade essa em que muitos estão inseridos, refletem-se em demonstrações de agressividade, por vezes consequência da necessidade de prevalecer no jogo de poder imbricado nas relações sociais. O indivíduo se projeta acima do outro, utilizando inclusive atitudes de ameaças e outros tipos de violência física ou simbólica para “vencer” as engrenagens que o envolvem em suas conflitantes relações, impossibilitando, por vezes, de ver o outro como a si mesmo, vítimas de um mesmo processo de socialização. Impossibilitando, assim, também, um harmonioso convívio social.

O indivíduo, antes de tudo, precisa se descobrir para reconhecer no outro um ser humano digno de respeito. O ambiente escolar deve ser propício para se exercitar essas questões da convivência em grupos, para se aprender sobre o respeito ao próximo e suas diversidades, para se desenvolver a tolerância e ações pautadas por valores éticos. Tais condutas acarretam a formulação de normas para direcionar o bom convívio, em consequência, é preciso o respeito a certas regras, para que haja justiça quanto à aplicação de seus direitos e de suas obrigações.

Há a responsabilidade de se elaborar coletivamente regras e discuti-las com os alunos e com a sociedade em geral. Isso não deverá recair apenas sobre a escola, é necessário um engajamento de diversos segmentos sociais, pois, num mundo no qual a violência viceja, é essencial que se busque sempre o bloqueio de suas forças, principalmente entre os jovens, por meio do diálogo e da negociação. A questão da violência juvenil perpassa pelos espaços escolares, é abrangente no que se refere às suas origens e poderá ser combatida no momento em que se procurem métodos adequados para um trabalho promissor e desde que sejam cuidadosamente inseridos nos meios escolares, numa ação de conquista e com muita paciência.

Por sua vez, o Estado, o Núcleo Gestor da escola, os professores, os

alunos e demais participantes da comunidade escolar não podem se calar e silenciar a violência na escola, ou agir com violência como resposta a toda a engrenagem desse sistema. É preciso impedir a cultura do medo na escola, alimentado pela falta de coragem de se expor dos seus participantes e pelo silêncio ante as violências constatadas. Como também do marasmo de se promover discussões com a família, com o governo e a sociedade, para que ocorram ações objetivando melhorias nessas instituições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho versou acerca da violência no âmbito escolar. Esse tema é relevante, porque a violência na escola se faz constante nos dias atuais, está crescendo e passando a ser um assunto intrínseco à escolarização, principalmente nos grandes centros urbanos do Brasil. O objetivo foi compreender as reverberações da violência física praticada por alunos contra o educador no desenvolvimento de um estudo qualitativo, realizado à luz da fenomenologia de Merleau-Ponty (1999), utilizando o estudo de caso único em sua metodologia. A coleta de dados foi por intermédio de entrevista semiestruturada – gravada, transcrita na íntegra, textualizada e validada com uma professora que sofreu agressão física de um aluno.

Esta pesquisa tornou possível reconhecer a presença da violência social no meio escolar, principalmente entre aluno e professor, e refletir acerca das consequências da agressão física na vida pessoal e profissional de um educador. Os resultados da pesquisa demonstraram que a agressão física costuma ser silenciada pelas vítimas e pelas gestões das escolas, já que houve dificuldade de encontrar pessoas agredidas que se dispusessem a falar sobre o ocorrido e constataram-se diretoras que omitiam os casos de agressão ocorridos nas instituições educativas. Demonstrou-se, também, que a agressão física traz consigo a violência psicológica e simbólica, ao gerar prejuízos emocionais ao agredido.

Observou-se que a violência não ocupa espaço significativo nos debates abertos realizados pela escola, ela aparece apenas como indisciplina e, de maneira pontual, é tratada após o caso extremo de agressão. Há uma tendência à culpabilidade da vítima e à impunidade do agressor. A pesquisa, ao problematizar sobre a violência física na escola, fomenta a reflexão acerca da necessidade de incluir essa temática para discussão no coletivo da escola, bem como a importância de desenvolver práticas de boa convivência e de uma cultura de paz.

Após o longo trabalho de pesquisa, os resultados contribuem para se perceber que a violência social se insere no ambiente escolar e que essa é, também, praticada pelo aluno contra o professor, impossibilitando ao profissional exercer seu papel docente com eficiência. E, ainda, que essa violência deve ser reconhecida pelos demais membros do contexto escolar, pela família, pelos governantes e pela sociedade, jamais admitindo negligência ou silêncio.

Mesmo que se defenda o exercício da democracia e a liberdade

expressão na vida dos jovens, o que se espera é que eles a usem para reivindicar melhorias no ambiente escolar, qualidade na educação, melhores professores, mais investimentos nas pesquisas escolares, mais atividades culturais etc., ou seja, exercerem seus direitos de cidadãos, participarem ativamente do fomento de políticas públicas, mas jamais se apropriem da violência para impor poder ou adquirir “liberdade”.

No dia a dia de uma instituição escolar, é corriqueiro encontrar alunos que não estudam, possuem notas baixas e culpabilizam o professor; também é comum observar atritos, agressões verbais e físicas. No caso de Ana, a aluna nem pensou em questionar pacificamente, foi direto para a agressão verbal e a violência física. Tal atitude violenta, no entanto, acarretou reverberações sérias na vida profissional e pessoal da educadora, que precisou de tratamento psicológico e psiquiátrico, quase desistiu da docência e luta, após anos do ocorrido, para superar o trauma. A falta de articulação entre escola e comunidade, de incluir na pauta curricular a questão da violência, e a negligência da gestão e dos órgãos superiores agravaram a sensação de desamparo da professora Ana ante a violência sofrida.

A postura docente de Ana mudou. Ela afirmou que não discute mais com alunos; quando percebe que o aluno é agressivo, o deixa à vontade, e por isso se considera refém dele, sente-se inapta para promover a ordem em sala, devido ao pavor de ser violentada novamente. Na sua vida pessoal, ela não possui o mesmo entusiasmo com a profissão que escolheu e mudou bastante, sabe que devido ao trauma precisará constantemente de ajuda médica, pois de vez em quando sente pânico quando se depara com alunos da outra escola. Hoje, ainda está nessa profissão devido a sua escola atual possuir profissionais humanizados e detentores da solidariedade.

Sugere-se a possibilidade de se reconstruir essa realidade atual de violência na escola por meio de estratégias que a controlem e a minimizem, como a adoção de projetos objetivando o cultivo da paz, aplicando os valores morais e o respeito entre as pessoas. Incentivar e valorizar os bons atos pacificadores, fomentar espaço para o diálogo e discutir a paz e a violência com os jovens estudantes e demais membros da comunidade escolar – o porteiro, a merendeira, membros da secretaria, professores, núcleo gestor, família – pode ser um caminho plausível a seguir.

Percebemos que violência contra o professor se apresenta em várias

situações, não só na violência física e, por conseguinte, na psicológica, mas que ela também pode ser vista diariamente nas agressões verbais, nas respostas desdenhosas, na prática de afrontar o professor, na constante indisciplina às normas da escola e até no descaso ao patrimônio público. Muitas vezes, essas práticas podem ser problematizadas com o fomento da visibilidade à violência e com o diálogo aberto.

A cada dia, é mais visível o crescimento da violência entre os jovens, e entre aluno e professor, devido às dificuldades de convivência na sociedade. Mesmo com todo o conhecimento científico adquirido na história da humanidade, a importância de laços afetivos é essencial para o equilíbrio psíquico. O desafio da escola é resgatar valores morais e éticos estreitamente ligados ao social sem ferir os princípios de liberdade e sem impor dogmas e verdades absolutas. Por conseguinte, o problema da violência na escola perpassa o âmbito escolar e também se reflete na família e nos demais espaços sociais. A educação formal não consegue resolver ou minimizar o problema da violência, e este vem se agravando, tomando proporções cada vez maiores, gerando ranços e desenvolvendo o temor num ambiente que deveria ser apenas de aprendizagem. Por não ter apoio das demais esferas ou conhecimento necessário para guiar ações preventivas, a escola enfrenta mais esse desafio: vivenciar a cultura de paz.

Importa inferir as limitações na construção desta pesquisa, que foi feita com uma única pessoa, não admitindo generalizações, mas que nos oportunizou problematizar a violência no contexto escolar. A pesquisa aqui não se encerrará, pois possibilitará outros questionamentos e outras discussões acerca do tema, contribuindo nos estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. “**Vitimização**” nas escolas: Clima escolar, roubos e agressões físicas. In: BOMFIM, Maria do Carmo Alves; MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org.). *Juventudes, Cultura de Paz e Violências na Escola*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Tradução: André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo e posfácio: Celso Lafer. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **A Crise na Educação**. Texto reimpresso em *Between Past and Future: Six Exercises in Political Thought*. New York: Viking Press, 1961, pp. 173-196.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. **Sobre Educação e Juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BORGHETTI, Cida. **Projeto de Lei nº 267/2011**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E40CECB15D9160236083AB3CF715DDDA.proposicoesWeb2?codteor=838075&filename=PL+267/2011>. Acesso em: 09 jan. 2016.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Editora S/A, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, e Convenção Sobre os Direitos da Criança. 4. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ética e Cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade. Brasília: 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Básica**. Saiba Mais – Programa Mais

Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao?id=16689>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 1996; Emenda Constitucional nº 14, de 1996, Lei nº 9.424, de 24-12-96. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Apresentação de temas transversais. Brasília: 1998.

CAPALBO, Creusa. **Fenomenologia e ciências sociais**. Londrina: Ed. UEL, 1996.

CARNEIRO, Maria Joyce Maia Costa; MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Cultura de Paz**: fruto de valores, ações e diálogos. In: MATOS, Kelma S. Alves Lopes de (Org.). *Cultura de Paz, Educação e Espiritualidade II*. Fortaleza: Imprece; Eduece, 2015.

CASTRO, Livia Maria Duarte de; MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Jovens e valores humanos no processo de promoção da paz**. In: MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org.). *Cultura de Paz, Educação e Espiritualidade II*. Fortaleza: Imprece; Eduece, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência** – Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 25-62.

_____. Uma ideologia perversa. Artigo publicado na Folha de São Paulo, 14/03/1999, **Caderno “Mais”**, pp. 5-3.

_____. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

Cinco professores se demitem por dia das escolas estaduais. Site: **Jornal O Tempo**. Reportagem: Luciene Câmara. Cidades: 23 set. de 2013. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/cinco-professores-se-demitem-por-dia-das-escolas-estaduais-1.717680>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; CARNEIRO, Maria Joyce Maia Costa. **Educação em direitos humanos & Educação para a cultura de paz**: componentes curriculares inovadores. In: MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org.). *Cultura de Paz, Educação e Espiritualidade II*. Fortaleza: Imprece; Eduece, 2015.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: HEDRA, 2010.

_____. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

Educação aprova programa de prevenção à violência contra professores. Site: Câmara dos Deputados. Reportagem: Murilo Souza. Notícias: 19 dez. 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/educacao-e-cultura/459869-educacao-aprova-programa-de-prevencao-a-violencia-contra-professores.html>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

FIALHO, Lia Machado Fiuza. **Assistência à criança e ao adolescente infrator no Brasil**: breve contextualização histórica. Fortaleza: EDUECE, 2014.

_____. **A vida de jovens infratores privados de liberdade**. Fortaleza: Edições UFC, 2015.

FOULCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Microfísica do Poder**. [Organização e tradução de Robert Machado]. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes essenciais necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Escola Cidadã**. Rio de Janeiro, 19 de março de 1997. Entrevista concedida à TV Educativa.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 1993.

GARCIA, Emerson. **O Direito à Educação e suas Perspectivas de Efetividade**. Seção Artigos, Pareceres, Memoriais e Petições. Jus Navigandi. Rio de Janeiro, out. 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/5847/o-direito-a-educacao-e-suas-perspectivas-de-efetividade>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: Ensaio Sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas. São Paulo: DIFEL, 2000.

GUILLÉN, R. R; NASCIMENTO, L. C. Consumo de drogas em los jóvenes de La ciudad de Guayaquil, Ecuador. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v.18, número especial, maio/jun. 2010.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) - 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. **Violências nas escolas: o papel do professor**. In: BOMFIM, Maria do Carmo Alves; MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org.). *Juventudes, Cultura de Paz e Violências na Escola*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

MATOS, Kelma S. A. Lopes de; MENEZES, Helenice Paiva; ALVES, Roberto Nascimento. **Juventude, escola e imagens na mídia**. In: BOMFIM, Maria do Carmo Alves; MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org.). *Juventudes, Cultura de Paz e Violências na Escola*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

MATURANA, Humberto. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política**. Tradução: José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MERLEAU-PONTY Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O visível e o invisível**. Tradução: José Artur Gianotti e Armando Mora d'Oliveira. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MRECH, Leny M. Algumas reflexões a respeito da violência na sociedade contemporânea. **Escola Brasileira de Psicanálise**. Nov. de 2005. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=123:algumas-reflexoes-a-respeito-da-violencia-na-%20sociedadentemporanea&catid=9:psicanalise&Itemid=20>. Acesso em: 30 out. 2015.

NASCIMENTO, Elizangela Lima do Nascimento; MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de. **As juventudes e a paz**. In: MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org.). *Cultura de Paz, Ética e Espiritualidade III*. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Martin Claret, 1999.

_____. **A Vontade de Poder**. Tradução de Marcos Fernandes e Francisco Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

_____. **Humano, demasiado humano**. Tradução: Heloísa da Graça Burati. São Paulo: Rideel, 2005.

Pesquisa põe Brasil em topo de ranking de violência contra professores. Globo.com (G1): Educação, 28 ago. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/08/pesquisa-poe-brasil-em-topo-de>>

ranking-de-violencia-contra-professores.html>. Acesso em: 08 jan. 2016.

PIERRE, Cláudia Maria de Moura; MATOS, Kelma S. A. Lopes de. **Educando para paz e para a democracia**: expressões de professores da EMEF Amorim Lima. In: MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org.). *Cultura de Paz, Educação e Espiritualidade II*. Fortaleza: Imprece; Eduece, 2015.

Políticas públicas, políticas de Estado - Psicologia e paradoxos, capturas e linhas de fuga. **Jornal do CRP**. Rio de Janeiro. mar/abr. 2010. p. 8. Disponível em: <<http://www.crpj.org.br/publicacoes/jornal/jornal27-politicas-publicas.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

Programa Geração da Paz visa institucionalizar a cultura de paz no âmbito da Educação. Site: Governo do Estado do Ceará, 11 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/15945-programa-geracao-da-paz-visa-institucionalizar-a-cultura-de-paz-no-ambito-da-educacao>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

SARTRE, Jean Paul. **Esboço para uma teoria das emoções**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2008.

SILVA, Ana Beatriz B. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul. dez. 2003.

SPOSITO, Marília Pontes. **Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 27, n.1, p. 87-103, jan. /jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100007&lng=pt#tx03>. Acesso em: 30 out. 2015.

UNESCO. Manifesto 2000. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, 2000.

_____. **Cultura de paz**: da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo. – UNESCO. São Paulo: Associação Palas Athena, 2010.

_____. Educação – **Um Tesouro a Descobrir**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação para o século XXI. Brasília: Fundação Faber-Castell, 2010.

VIEGAS, Ana Patrícia da Silva Mendes Paton; FERREIRA, Antônia Fernandes; NORONHA, Gessica Nunes; OZÓRIO, Francisca Janaína Dantas Galvão. In: MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org.). *Cultura de Paz, Educação e Espiritualidade II*. Fortaleza: Imprece; Eduece, 2015.

Violência contra professores: Câmara aprova medidas rigorosas. Site: APEOC, Fortaleza, 23 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.apeoc.org.br/noticias2/6874-comissao-aprova-medidas-rigorosas-e-programa-de-prevencao-a-violencia-contra>>

professores.html>. Acesso em: 04 jan. 2016.

Violência contra professores - Quando a tarefa de ensinar vira caso de polícia. Reportagem especial. Publicações APEOESP, São Paulo, 16 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/observatorio-da-violencia/reportagem-especial-violencia-contra-professores/>>. Acesso em: 04 jan. 2016

Violência e baixos salários afastam professores novatos. Repórter: Lina Moscoso. Site: Diário do Nordeste, Fortaleza, 04 abr. 2011. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/violencia-e-baixos-salarios-afastam-professores-novatos-1.228301>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2013: mortes matadas por armas de fogo. Rio de Janeiro: CEBELA – FLACSO, 2013.

_____. Mapa da violência 2014: Os jovens do Brasil. Brasília: FLASCO, 2014.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen E. Barbosa: Editora Universidade de Brasília, 1991.

WERTHEIN, Jorge. **Crenças e esperanças**: avanços e desafios da UNESCO no Brasil. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro para Entrevista Semiestruturada

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Dados pessoais: idade, formação (graduação e, se tiver, especialização ou mestrado), tempo no magistério, regime de trabalho (temporária ou efetiva), disciplinas que leciona, série que lecionava quando ocorreu o incidente de violência, escola em que trabalhava e em que atualmente trabalha, número de alunos na sala, data do episódio.

1. Como foi a história da agressão em que você se envolveu? Como tudo começou?
2. O que você achou dessa situação?
3. Como você se sentiu logo após o episódio?
4. E, hoje, você ainda lembra do ocorrido? Esse episódio e as lembranças por ele geradas interferem ou não na sua atuação como professora atualmente?
5. Você mudou sua postura pessoal ou profissional depois do incidente?
6. Que encaminhamento você deu ao caso?
7. Qual foi a atitude do Núcleo Gestor, da Secretaria de Educação e dos pais no tocante ao aluno e a você? Como trataram o problema?
8. Na sua opinião, qual a relação entre a sociedade e a violência na escola?
9. Quais os principais fatores que podem desencadear a violência na escola, na sua opinião?
10. Você pensou em desistir de lecionar devido a essa agressão? Se sim, o que lhe fez continuar no magistério?
11. Que ações você sugere para minimizar a violência na escola?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sr.(a) _____ foi selecionado(a) e está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: “VIOLÊNCIA AO DOCENTE NA ESCOLA: NARRATIVA DE PROFESSORA AGREDIDA POR ALUNO”, que tem como objetivo geral um estudo centrado na violência física entre alunos e professores, mais bruta e a cada dia mais latente no contexto educacional, por isso motivo de atenção. Esta pesquisa foi organizada com o intuito de se reconhecer a presença da violência social no meio escolar, principalmente entre aluno e professor, e das consequências negativas dessa agressão na vida pessoal e profissional do educador.

Sua participação na pesquisa consistirá em responder perguntas a serem realizadas sob a forma de entrevista. As respostas às entrevistas serão gravadas, transcritas, textualizadas e validadas por sua pessoa, isto é, em nenhum momento serão divulgadas informações sem o seu prévio consentimento. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer instante você pode se recusar a responder perguntas ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo na relação com o pesquisador.

O (A) Sr. (a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. A pesquisa, no entanto, poderá ser divulgada por meio de publicações – artigos, livros, capítulos ou conferências públicas. Portanto, as informações prestadas não serão sigilosas, podendo ocorrer de serem utilizadas por outros pesquisadores ou demais interessados em estudos e análises futuras, inclusive, acrescentando ou questionando as suas informações, fator que foge ao controle do pesquisador. Os dados obtidos por intermédio da sua participação poderão possibilitar e refletir sobre a violência contra os professores no contexto educacional atual.

Este documento está elaborado em duas vias, sendo uma cópia para o participante e outra para o pesquisador. Você poderá entrar em contato com a pesquisadora, através do e-mail: gesilanedes@gmail.com e pelos telefones (85) 999501484 e (85) 988283740, na pessoa da Professora Gesilane Domingos de Sousa.

 Pesquisadora Gesilane Domingos de Sousa
 Cel: 988283740
 e-mail:gesilanedes@gmail.com

 Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar da pesquisa proposta, “VIOLÊNCIA AO DOCENTE NA ESCOLA: NARRATIVA DE PROFESSORA AGREDIDA POR ALUNO”, sabendo que dela poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Fortaleza, ____ de _____ de _____.

Informante: _____

Assinatura: _____

Documento de identificação: _____